Jornal O DIA SP
Fundado em 5 de abril de 1933
www.jornalodiasp.com.br | QUINTA-FEIRA, 5 DE NOVEMBRO DE 2026 | Nº 26.269 | Preço banca: R$ 3,50

Banco Central surpreende e mantém juros básicos em 13,75% ao ano

Lei Rouanet tem recorde de 25,6 mil projetos e de R$ 1,67 bilhões captados

Página 4

Brasil cria 121,3 mil postos de trabalho em setembro, aponta Caged

Página 4

As tensões em torno do câmbio e do fenômeno climático El Niño fizeram o Banco Central (BC) botar o pé no freio. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a Taxa Selic, juros básicos da economia, em 13,75% ao ano.

A decisão surpreendeu o mercado financeiro, que esperava um corte de 0,25 ponto percentual. No entanto, uma parte das instituições apostavam na manutenção da taxa.

De junho de 2025 a março de 2026, a Selic ficou em 15% ao ano, o maior nível em quase 20 anos. Desde abril, o Copom cortou os juros cinco vezes, num cenário de queda da inflação. No entanto, o agravamento da guerra no Oriente Médio, o início do fenômeno El Niño e a recente instabilidade cambial dificultam o trabalho do órgão.

O Copom está desfalcado porque o mandato dos diretores de Organização do Sistema Financeiro, Renato Gomes, e de Política Econômica, Diego Guillen, expirou no fim de 2025. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda não encaminhou as indicações dos substitutos ao Congresso Nacional. Página 3

Previsão do Tempo

Quinta: Sol e aumento de nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

28º C
18º C

Manhã | Tarde | Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,47
Venda: 5,47

Turismo
Compra: 5,51
Venda: 5,69

EURO
Compra: 6,14
Venda: 6,14

Alta do dólar começa a impactar açúcar, trigo e café, que podem ficar mais caros para o consumidor



Foto Valter Campanato/Agência Brasil

Página 3

Pé-de-Meia Universitário deve começar em 2027 para aluno do CadÚnico

Página 6

Estado tem queda em roubos de celulares entre janeiro e setembro

Página 2

1º Fórum Nacional da Transparência

Página 6

Esporte

Rafael Câmara estreia pela Haas no GP de São Paulo

Por Tiago Mendonça

Como diziam aqueles antigos anúncios de rádio e TV: o que já era bom, acaba de ficar ainda melhor. Confirmado como piloto da Haas para a próxima temporada da Fórmula 1, o brasileiro Rafael Câmara foi convocado pela equipe para antecipar sua estreia na categoria e vai correr pela primeira vez já neste fim de semana, no GP de São Paulo, em Interlagos.

A oportunidade surgiu após a dispensa do francês Esteban Ocon como piloto titular da Haas, ocorrida no fim de semana passado, na Cidade do México. Lá, ele havia sido substituído por Ryo Hirakawa – que não está no Brasil pois a data coincide com a final do FIA WEC, o Mundial de Endurance que ele disputa pela Toyota. Diante deste cenário, a Haas optou por Câmara.

Desta forma, o Brasil terá dois representantes no grid de largada deste domingo, 8: Gabriel Bortoleto, pela Audi, e Rafael Câmara, na Haas. É a primeira vez que isso acontece desde Felipe Massa e Felipe Nasr na temporada de 2016, dez anos atrás.

Campeão da Fórmula Regional em 2024, da Fórmula 3 em 2025 e líder da Fórmula 2 em 2026, Rafael Câmara é uma das principais promessas do automobilismo brasileiro e tem apoio direto da Ferrari desde que estreou no esporte a motor. "Sou grato à Haas por me dar esta oportunidade e também quero agradecer à Ferrari pelo apoio contínuo", falou Câmara.

"Fazer minha estreia na Fórmula 1 no Brasil é um momento muito especial. Sei que há muito o que aprender e meu foco está em trabalhar de perto com a equipe, entender o carro e fazer o melhor trabalho possível neste final de semana", comentou o piloto, que será o 34º brasileiro na história da F-1 e o primeiro nordestino (todas as outras regiões do País já haviam sido representadas).

"Tendo se destacado em seu teste em agosto, conhecemos a capacidade do Rafa e estamos ansiosos para recebê-lo na equipe neste fim de semana e trabalhar com ele em sua estreia na F-1 no Brasil", elogiou o chefe de equipe Ayao Komatsu.

Inicialmente, a Haas confirmou o piloto brasileiro apenas para esta etapa, mas o jornalista Tiago Mendonça, da Band e do jornal O Dia, apurou que a intenção é que Câmara complete a temporada pela Haas. Neste momento, faltam quatro corridas. Entretanto, as duas últimas, no Catar e Abu Dhabi, sofrem risco de cancelamento, e devem ser substituídas por uma etapa em Imola, na Itália.

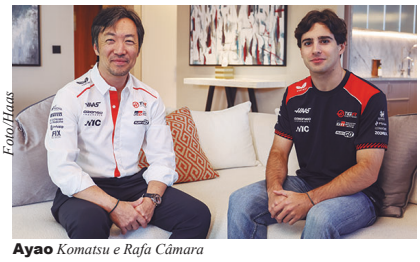


Foto Haas

Ayao *Komatsu e Rafa Câmara*

A reportagem também apurou que, mesmo que as provas não sejam canceladas, Rafael Câmara não deve voltar à Fórmula 2 para terminar o campeonato. A equipe dele, a Invicta, já se movimenta em busca de um substituto. A FIA (Federação Internacional de Automobilismo) deve se decidir a respeito da continuidade ou não dessas provas no calendário na próxima terça-feira, 10.

Os treinos livres para o GP de São Paulo começam nesta sexta-feira, 6. Serão duas sessões, às 12h30 e às 16h (sempre no horário de Brasília). Depois, mais um treino livre no sábado, 7, às 11h30; seguido pela classificação, às 15h. A corrida está marcada para domingo, 8, às 14h. Todas as atividades terão transmissão do SporTV e classificação e corrida serão exibidos na Globo.

Jovens talentos do automobilismo aceleram no palco da Fórmula 1 em Interlagos



Foto Rafael Grigiano

Os *jovens talentos do automobilismo sul-americanos tem a oportunidade de vivenciar a atmosfera da F1*

O Grande Prêmio de São Paulo de Fórmula 1 será novamente palco de uma experiência especial para jovens talentos do automobilismo da América do Sul. Entre os dias 6 e 8 de novembro, pilotos em início de carreira disputarão três corridas no Autódromo de Interlagos, em uma competição denominada Fórmula GP Bradesco especialmente para este evento. A participação durante o mesmo fim de semana dos principais nomes do automobilismo mundial dá continuidade a uma tradição iniciada em 2022, com a criação da categoria brasileira de formação em monopostos.

Presente na programação da Fórmula 1 no Brasil desde sua temporada inaugural, em 2022, a competição proporciona aos pilotos a oportunidade de vivenciar a atmosfera de um fim de semana da principal categoria do automobilismo mundial, acelerando no mesmo traçado utilizado pelos competidores do Mundial e tendo contato com a dimensão de um evento que muitos sonham disputar no futuro.

As provas serão realizadas em uma etapa extracampeonato, sem distribuição de pontos para a temporada 2026. Embora os resultados não tenham influência na classificação do campeonato, os jovens competidores terão a oportunidade de demonstrar seu talento diante do público presente nas arquibancadas de Interlagos.

A temporada 2026 tem sido marcada por disputas entre pilotos brasileiros e estrangeiros, com destaque para a presença argentina no grid. A ascensão de Franco Colapinto à Fórmula 1 tem inspirado uma nova geração de competidores do país, que encontra na categoria brasileira uma oportunidade de desenvolver suas carreiras nos monopostos. Um dos principais exemplos é Fausto Arnaudo, líder do campeonato, com seis vitórias em nove corridas disputadas, mas que não participará da etapa especial. Entre os argentinos confirmados para Interlagos estão Franco Paolini e Gianni Giovanelli, que já disputam a temporada, além dos compatriotas Thiago Palotini e Federico Díaz, que farão suas estreias na categoria durante o fim de semana.

Entre os brasileiros, Bernardo Gentil, Pietro Mesquita e Pedro Lins também aparecem entre os destaques da temporada, embora não participem da etapa especial em Interlagos. Já Marcelo Hahn e Paulo Willemann, que ganharam evidência ao longo do campeonato, estão confirmados para as corridas deste fim de semana.

A etapa especial também marcará a estreia de dois jovens brasileiros na categoria: Davi Mantoan e Vicky Farfus. Filha de Augusto Farfus, piloto brasileiro de trajetória internacional e longa ligação com as competições de turismo e GT, Vicky inicia sua participação nos monopostos carregando um sobrenome de destaque no automobilismo. A jovem terá a oportunidade de acelerar em Interlagos durante o fim de semana da Fórmula 1, dando mais um passo em sua trajetória no esporte.

A nova geração brasileira também encontra inspiração em Gabriel Bortoleto, que representa o país na Fórmula 1 pela Audi, e em Rafael Câmara, confirmado pela Haas para 2027 e que fará sua estreia na categoria na etapa brasileira deste final de semana. A trajetória dos dois compatriotas nas categorias de formação serve de referência para os jovens talentos que hoje dão seus primeiros passos nos monopostos e sonham em alcançar a principal competição do automobilismo mundial.

Criada em 2022, a categoria brasileira de formação em monopostos representa uma das principais portas de entrada para pilotos que deixam o kart e iniciam sua trajetória nos carros de fórmula. Certificada pela Federação Internacional do Automóvel (FIA), a competição integra o primeiro estágio de uma carreira que pode levar os jovens talentos às categorias internacionais.

A participação no Grande Prêmio de São Paulo amplia essa experiência ao colocar os competidores em contato com um ambiente de grande visibilidade e exigência profissional, aproximando a nova geração do cenário que muitos desejam alcançar ao longo de suas carreiras.

Mais do que os resultados das três provas, a presença dos jovens pilotos em Interlagos reforça a importância da formação de novos talentos no automobilismo brasileiro, oferecendo uma experiência que poderá contribuir para os próximos passos de suas trajetórias.

Após o compromisso especial de novembro, o campeonato voltará a Interlagos em dezembro, para o encerramento da temporada 2026 e a definição dos campeões do ano.

Governo prevê 38 mil empregos com obras do Novo Centro Administrativo

A construção do Novo Centro Administrativo do Governo de São Paulo, na região dos Campos Elíseos, vai impulsionar o mercado de trabalho. A estimativa é de que 38 mil empregos diretos e indiretos sejam gerados ao longo das obras, além de 2,8 mil novas vagas formais no comércio e serviços locais da região. O projeto vai concentrar secretarias e órgãos estaduais em um único complexo moderno e eficiente e integra as iniciativas de revitalização do centro da capital paulista.

Elaborado pela Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI) em colaboração com a Secretaria de Projetos Estratégicos (SPE), a concessão, viabilizada por meio de Parceria Público-Privada (PPP) com investimentos estimados em R$ 6 bilhões e contrato de concessão de 30 anos, prevê a construção, reforma e adequação de edifícios em uma área de cerca de 290 mil m², com o objetivo de centralizar a estrutura administrativa do Estado e contribuir para a requalificação do centro da capital.

O futuro Centro Administrativo reunirá 22 mil servidores atualmente espalhados por mais de 40 endereços da cidade em dez torres distribuídas em sete edifícios. Os edifícios terão certificação LEED Gold e soluções voltadas à eficiência térmica e energética. O projeto também prevê a restauração de 17 imóveis tombados, a construção de um novo terminal de ônibus e a ampliação de 40% das áreas verdes do Parque Princesa Isabel, além de 25 mil m² dedicados a comércios e serviços.


Foto/Divulgação/Governo de SP

Representação *gráfica do Novo Centro Administrativo*

Na mobilidade, está prevista a construção de um novo terminal de ônibus na região da Luz para substituir o Terminal Princesa Isabel. A nova estrutura deverá ser entregue antes da desativação da atual, garantindo a continuidade do serviço.

O leilão da parceria público-privada foi realizado na B3 em 26 de fevereiro de 2026, com vitória do Concessionária Novo Centro SP. O escritório Ópera Quatro Arquitetura foi escolhido entre mais de 90 inscritos.

Aprovação da população

A mudança do Centro Administrativo para o coração da capital paulista também tem a aprovação da população da cidade. Uma pesquisa do Instituto Datafolha, que entrevistou 1.564 pessoas, revelou que 83% dos moradores ou trabalhadores a região central acreditam que a região ficará mais segura, além de esperar melhorias na limpeza urbana (80%), na oferta de empregos (74%), no turismo da região (70%) e nas condições de moradia (55%). Para a população em geral da cidade, 64% dos paulistanos consideram a mudança ótima ou boa e 77% dos paulistanos acreditam que haverá melhores condições de segurança. Além disso, entre 79% a 84% avaliam que o projeto traz mais benefícios do que prejuízos para moradores, comerciantes, trabalhadores e para a cidade.

O projeto do Novo Centro Administrativo faz parte do PPI-SP, uma iniciativa do Governo do Estado que visa ampliar as oportunidades de investimento, emprego, desenvolvimento socioeconômico, tecnológico, ambiental e industrial em São Paulo.

Com foco nas áreas de Rodovias, Mobilidade, Social e Água/Energia, o PPI-SP está realizando o maior e mais completo programa de investimentos com a iniciativa privada da história de São Paulo, beneficiando a população paulista e impulsionando o crescimento econômico regional. Ao todo, são mais de 30 projetos qualificados e uma carteira de mais de R$ 550 bilhões em investimentos. (Governo de SP)

CESAR NETO



www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Histórias : em tempos da família Bolsonaro 'exilada' nos USA, vale lembrar que o ex-vereador e presidente renunciante Jânio Quadros foi 'exilado' na Inglaterra. Voltou ao Brasil, ingressou no PTB e foi prefeito de 1986 a 1988

.

PREFEITURA (São Paulo)

Histórias : entre as realizações que influenciaram na reeleição do prefeito Ricardo Nunes (MDB) está a transformação do autódromo de Interlagos como a referência brasileira na Fórmula 1. No domingo rola mais um GP São Paulo

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Histórias : irmão da deputada Marta Costa (PSD), Joel Freire foi deputado no início dos anos 1990. Filho do pastor José Wellington [ministério Belém da Assembleia de Deus], mora nos USA e é dirigente internacional desde Miami

.

GOVERNO (São Paulo)

Histórias : uma coisa foi ser o capitão (EB) Tarcísio; outra coisa foi ser ministro do Bolsonaro; outra coisa foi ser eleito governador e outra coisa foi ser reeleito 2026. Em tempo : outra coisa será ser candidato presidencial em 2030

CONGRESSO (Brasil)

Histórias : suplente (SP) na Constituinte, Michel Temer presidiu a Câmara Deputados(as) por 3 vezes. Ele se impôs [ao Lulismo do PT] como vice 2010 da Dilma (PT). Em 2016 ela foi cassada no Senado e ele herdou a Presidência

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Histórias : toda e qualquer comparação dos regimes presidencial e de governadores, sistemas eleitorais, direitas e esquerdas, partidos e votação não obrigatória é como afirmar que toda a imprensa de lá é igualzinha à nossa ...

.

PARTIDOS (Brasil)

Histórias : o PL lançou pela 2ª vez a candidatura do senador (RN) Rogério Marinho pra disputar a presidência do Senado em fevereiro 2027. Mais do que agregar outros partidos, terá que não perder nenhum dos 28 da bancada

.

ANO 34

O jornalista **Cesar Neto** usa Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna diária de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... **X @cesarnetoreal**

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "Louvemos ao Deus e Pai do nosso Senhor Jesus Cristo! Por causa da sua grande misericórdia, Ele nos deu uma nova vida pela ressurreição de Jesus Cristo. Por isso o nosso coração está cheio de uma esperança viva." **1 Pedro 1.3 (NTLH)**

Estado tem queda em roubos de celulares entre janeiro e setembro

O estado de São Paulo registrou queda de 19,3% nos roubos de celulares entre janeiro e setembro de 2026, na comparação com o mesmo período do ano anterior. Segundo balanço do governo estadual, foram 61.189 ocorrências nos nove primeiros meses deste ano, contra 75.859 em 2025, uma diferença de 14.670 casos.

Os dados mostram ainda que, em setembro, também houve redução. Foram registrados 6.379 roubos de celulares, ante 7.513 no mesmo mês de 2025. Ao todo, foram 1.134 ocorrências a menos, o equivalente a uma queda de 15,1%.

Na capital paulista, os roubos de celulares caíram 15,1% entre janeiro e setembro. O total passou de 46.363 ocorrências, em 2025, para 39.350, em 2026, uma redução de 7.013 casos. Em setembro, foram registrados 4.065 roubos, contra 4.713 no mesmo mês do ano passado, representando queda de 13,7%.

De acordo com o governo estadual, os resultados são reflexo de estratégias de prevenção e repressão, com operações da Polícia Militar, investigações da Polícia Civil e atuação do programa SP Mobile, que cruza boletins de ocorrência com informações fornecidas pelas operadoras de telefonia para identificar celulares roubados ou furtados que voltam a ser utilizados.

"O programa também atua para enfraquecer a cadeia de comercialização irregular de aparelhos. A estratégia busca ampliar a recuperação dos equipamentos e dificultar a venda de celulares de origem criminosa, desestimulando a receptação e o comércio ilegal que fomentam esses crimes", explicou o coordenador do SP Mobile, Rodolfo Latif Sebba. (Agência Brasil)


Foto/Divulgação/Governo de SP

O *patrulhamento na capital paulista é reforçado pelo Batalhão de Resposta Avançada Operacional (BRAvO).*

CDHU oferece renegociação de financiamento sem entrada para mutuários

A Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Estado de São Paulo, lança a campanha Casa em Dia, uma iniciativa que oferece aos mutuários a oportunidade de reorganizar as condições do financiamento habitacional e regularizar eventuais pendências sem a necessidade de pagamento de entrada. A ação busca facilitar o acesso a alternativas de negociação e ajudar as famílias a encerrar o ano com mais tranquilidade e segurança financeira.

Voltada aos mutuários com contratos habitacionais ativos da Companhia, a campanha contempla tanto moradores que possuem parcelas em atraso e desejam regularizar sua situação quanto aqueles que estão com os pagamentos em dia, mas buscam conhecer outras possibilidades para o financiamento.

"A campanha Casa em Dia é uma excelente oportunidade para que os moradores reorganizem seus financiamentos e comecem o ano novo com tranquilidade para o seu lar. É importante que todos venham até o nosso atendimento, para revisar suas parcelas, regularizar a situação do contrato, fazer a simulação de pagamento com as novas condições oferecidas e quem sabe sair da inadimplência e garantir a segurança do seu patrimônio, do seu imóvel. Existem diferentes alternativas, e queremos que cada mutuário conheça as possibilidades disponíveis para sua situação", afirma Ticiane D'Aloia, diretora de Atendimento Habitacional da CDHU.


Foto/Governo de SP

A *proposta da Casa em Dia é oferecer aos moradores uma oportunidade de colocar a vida financeira em ordem*

Por meio de uma análise individualizada, a CDHU verifica as alternativas disponíveis para cada contrato. Conforme as condições aplicáveis, a renegociação pode proporcionar redução do saldo devedor, adequação das parcelas à renda familiar e maior previsibilidade no orçamento doméstico, inclusive com a possibilidade de parcelas fixas até o final do financiamento.

A proposta da Casa em Dia é oferecer aos moradores uma oportunidade de colocar a vida financeira em ordem, sem que a necessidade de um pagamento inicial impeça a busca por uma solução. A adesão à campanha não exige entrada, e os mutuários podem procurar a Companhia para conhecer as condições disponíveis para seu contrato e avaliar as possibilidades de regularização.

As condições são definidas de acordo com a situação de cada contrato e a análise das informações apresentadas. A simulação permite que o mutuário conheça as alternativas disponíveis antes de decidir pela formalização da renegociação.

Para conhecer as condições e realizar a simulação, o mutuário deve procurar um dos canais de atendimento da CDHU. É necessário apresentar documentos pessoais (RG e CPF ou CNH), os três últimos holerites ou comprovantes de renda e o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Quando aplicável, também poderá ser solicitada a declaração de benefício do INSS, além de documentos complementares conforme a composição e a situação do contrato.

O atendimento pode ser realizado nas unidades regionais da Companhia ou durante a passagem da CDHU Móvel pelos municípios paulistas. Os endereços dos postos de atendimento e a programação da unidade itinerante estão disponíveis no site da Companhia.

Para mais informações, os mutuários também podem entrar em contato com a Central Alô CDHU, pelo telefone 0800 000 2348, ou acessar a página da campanha Casa em Dia, no endereço: https://www.cdhu.sp.gov.br/cdhu/mutuario/Casa%20em%20Dia. (Governo de SP)

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 11 3258-1822
Comercial: 11 97144-4166
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Agências de notícias
Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress
Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Programa Cuidado Onco+ é lançado para ampliar diagnóstico precoce do câncer

Para fortalecer o cuidado integral e humanizado desde o primeiro contato com o paciente, a Prefeitura de São Paulo lançou, na terça-feira (3), o Programa Cuidado Onco+. A iniciativa prevê a capacitação das equipes da Atenção Básica para identificar precocemente sinais de câncer e garantir o acompanhamento contínuo dos casos confirmados.

"O programa nasce para organizar toda a trajetória do paciente, desde a prevenção e o diagnóstico até o pós-tratamento. Nosso objetivo é fortalecer o vínculo entre a Atenção Básica e os serviços especializados, garantindo que o cuidado integral e humanizado esteja presente em cada etapa, junto às famílias e nos territórios", explica a coordenadora de Atenção Básica da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), Ligia Brunetto Borgianni.

O secretário-adjunto da SMS, Mauricio Serpa, destaca o cenário atual do tratamento oncológico na capital. "O enfrentamento aos mais de 60 mil novos casos no município reforça a urgência de fortalecermos os eixos de promoção e prevenção, olhando para a realidade social e as condições reais da nossa população para garantir mais qualidade de vida a todos."

As Unidades Básicas de Saúde (UBSs) são a principal porta de entrada da Rede de Atenção à Saúde (RAS). Quando há suspeita de câncer, o paciente é encaminhado para os exames iniciais previstos nos protocolos de cada linha de cuidado. Confirmada a necessidade de intervenção, é elaborado um projeto terapêutico individualizado, e o paciente segue para atendimento em uma instituição compatível, que pode integrar a rede municipal, estadual ou privada contratualizada.

Atualmente, a assistência especializada em oncologia no município conta com o Hospital Municipal Gilson de Cássia Marques de Carvalho, onde funciona o Centro de Alta Tecnologia em Diagnóstico e Intervenção Oncológico Bruno Covas, e três instituições parceiras de referência: o Instituto Brasileiro de Controle do Câncer (IBCC/São Camilo), a Fundação Antônio Prudente (Hospital A.C. Camargo) e o Grupo de Assistência à Criança com Câncer (Graacc), este voltado ao atendimento infantojuvenil de pacientes de até 18 anos.

Em 2025, essa rede realizou 104.207 consultas oncológicas e mais de 585 mil exames diagnósticos. Entre janeiro e julho de 2026, foram contabilizados 60.853 atendimentos médicos e 357 mil exames.

A rede municipal também conta com 14 Serviços de Referência de Mama (SRM), distribuídos por todas as regiões da cidade., e dois Centros de Exames da Mulher (CEM), localizados em Itaquera, na Zona Leste, e em Capela do Socorro, na Zona Sul. (Prefeitura de SP

Banco Central surpreende e mantém juros básicos em 13,75% ao ano

As tensões em torno do câmbio e do fenômeno climático El Niño fizeram o Banco Central (BC) botar o pé no freio. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a Taxa Selic, juros básicos da economia, em 13,75% ao ano.

A decisão surpreendeu o mercado financeiro, que esperava um corte de 0,25 ponto percentual. No entanto, uma parte das instituições apostavam na manutenção da taxa.

De junho de 2025 a março de 2026, a Selic ficou em 15% ao ano, o maior nível em quase 20 anos. Desde abril, o Copom cortou os juros cinco vezes, num cenário de queda da inflação. No entanto, o agravamento da guerra no Oriente Médio, o início do fenômeno El Niño e a recente instabilidade cambial dificultam o trabalho do órgão.

O Copom está desfalcado porque o mandato dos diretores de Organização do Sistema Financeiro, Renato Gomes, e de Política Econômica, Diego Guillen, expirou no fim de 2025. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda não encaminhou as indicações dos substitutos ao Congresso Nacional.

A Selic é o principal instrumento do Banco Central para manter sob controle a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em outubro, o IPCA-15, prévia do índice oficial ficou em 0,32%, beneficiado pela queda nas contas de luz.

No acumulado de 12 meses, o índice subiu de 4,5% para 4,62%, acima do teto da meta de inflação. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgará o IPCA cheio de setembro no próximo dia 12.

Pelo novo sistema de meta contínua, em vigor desde janeiro de 2025, a meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior é 4,5%.

No modelo de meta contínua, a meta passa ser apurada mês a mês, considerando a inflação acumulada em 12 meses. Em novembro de 2026, a inflação desde dezembro de 2025 é comparada com a meta e o intervalo de tolerância. Em dezembro de 2026, o procedimento se repete, com apuração a partir de janeiro de 2026. Dessa forma, a verificação se desloca ao longo do tempo, não ficando mais restrita ao índice fechado de dezembro de cada ano.

No último Relatório de Política Monetária, divulgado no fim de setembro pelo Banco Central, a autoridade monetária manteve, em 5,2% a previsão do IPCA em 2026, mas a estimativa será revista, por causa da recente queda da inflação. A próxima edição do documento será divulgada no fim deste mês.

As previsões do mercado estão em linha com as da autoridade monetária. De acordo com o boletim Focus, pesquisa semanal com instituições financeiras divulgada pelo BC, a inflação oficial deverá fechar o ano em 5,22%, acima do teto da meta, de 4,5%. Antes do início da guerra no Oriente Médio, as estimativas do mercado estavam em 3,95%.

A redução da taxa Selic impulsiona a economia. Isso porque juros mais baixos barateiam o crédito e estimulam a produção e o consumo. Por outro lado, taxas menores dificultam o controle da inflação. No último Relatório de Política Monetária, o Banco Central reduziu para 1,8% a previsão de crescimento da economia em 2026.

O mercado projeta crescimento um pouco mais baixo. Segundo a última edição do boletim Focus, os analistas econômicos preveem expansão de 1,76% do PIB em 2026. Há quatro semanas, a estimativa estava em 1,85%

A taxa básica de juros é usada nas negociações de títulos públicos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve de referência para as demais taxas de juros da economia. Ao reajustá-la para cima, o Banco Central segura o excesso de demanda que pressiona os preços, porque juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Ao reduzir os juros básicos, o Copom barateia o crédito e incentiva a produção e o consumo, mas enfraquece o controle da inflação. Para cortar a Selic, a autoridade monetária precisa estar segura de que os preços estão sob controle e não correm risco de subir. (Agência Brasil)

Tesouro projeta dívida em 91,5% do PIB em 2036 sem superávits e defende reformas estruturais

O Tesouro Nacional projeta que a elevação do resultado das contas públicas para um superávit de 0,5% do PIB ao longo de 10 anos reduziria a dívida pública de 86,3% para 81,1% do PIB até 2036. O movimento contrário elevaria o endividamento bruto do governo para 91,5% do PIB em uma década.

As simulações, que constam no relatório de riscos fiscais do Ministério da Fazenda, publicado na terça-feira (2) somente após as eleições, reforçam a necessidade de reformas estruturais, de acordo com o Tesouro. Segundo o órgão, as reformas precisam melhorar o ambiente de negócios e garantir o maior crescimento da economia para a redução sustentada da relação entre a dívida pública e o PIB no médio prazo

O relatório projeta que a dívida bruta vai fechar o ano em 83,7% do PIB, com o aumento de 5,1 pontos percentuais em relação a 2025. As projeções indicam continuidade do crescimento até 2030, quando a dívida atingiria 89,7% do PIB, refletindo, principalmente, o impacto dos juros no endividamento. Não houve mudança em relação às estimativas que constam no PLOA (Projeto de Lei Orçamentária) de 2027. Mas após o envio do projeto ao Congresso, o governo adotou mais medidas fiscais que impactam o Orçamento.

O alto endividamento e o impacto dos juros altos nas contas do governo foram temas explorados na campanha eleitoral e são alvo também do centro da discussão que acontece nesse momento de transição de governo para o 4º mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sobre os caminhos de política econômica que serão seguidos a partir de janeiro de 2027.

Segundo o Tesouro, entre 2026 e 2030, o custo do governo com os juros deve elevar a dívida pública em 8,4 pontos percentuais do PIB por ano. Mas como a economia também deve crescer, isso deve reduzir esse peso em 6 pontos percentuais por ano.

O documento foi publicado no mesmo dia em que o ministro da Fazenda, Dario Durigam, reforçou que o governo federal prepara um ajuste fiscal gradual que respeite os compromissos de campanha, mas também melhore o estado das contas públicas no país.

Durigan vem defendendo um aperto nas regras para conter o crescimento das despesas obrigatórias e sugerindo reduzir o teto de crescimento real dos gastos públicos dos atuais 2,5% para até 1,5%.

Como mostrou a Folha de S.Paulo, o Ministério da Fazenda prepara uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para permitir ao novo governo buscar o centro da meta fiscal e congelar mais recursos do Orçamento, caso isso seja necessário para melhorar a trajetória da dívida pública.

O Tesouro também identifica uma possível necessidade de aportes emergenciais para socorrer empresas estatais que enfrentam dificuldades financeiras nos próximos anos, o que impactaria as contas da União.

O risco de necessidade de aportes emergenciais em estatais já tem um exemplo concreto no orçamento federal de 2027: o projeto prevê R$ 6 bilhões para capitalização dos Correios, em meio à crise financeira da empresa. O valor decorre de compromisso assumido pela União no contrato de empréstimo de R$ 12 bilhões firmado pela estatal com cinco bancos em dezembro de 2025, que prevê aporte mínimo até o fim de 2027.

O documento lembra que a Eletronuclear enfrenta deterioração de sua situação econômico-financeira, associada aos custos de Angra 3 e à insuficiência das receitas tarifárias para cobrir integralmente a operação de Angra 1 e Angra 2, situação a qual também pode se tornar um risco para as contas públicas nos próximos anos.

Em outros cenários projetados pelo Tesouro, esses mais positivos, a melhora fiscal somada a maior crescimento e juros menores reduziria a dívida para 71,3% do PIB, enquanto déficits prolongados, baixo crescimento e juros altos poderiam elevar a DBGG para 103,4% do PIB. (Folhapress)

Alta do dólar começa a impactar açúcar, trigo e café, que podem ficar mais caros para o consumidor

A alta do dólar após a reeleição do presidente Lula (PT) começa a impactar as cotações de commodities agrícolas como soja, milho, açúcar, trigo e café. Se de um lado o avanço da moeda americana pode ajudar o produtor, de outro ameaça afetar o bolso do consumidor brasileiro.

Segundo analistas, a situação pode gerar repasses para os preços finais de parte dos alimentos caso o câmbio siga pressionando as cotações. Soja e milho afetam a produção de carnes por servirem de base para a alimentação animal.

Na semana passada, após a vitória de Lula, o dólar acumulou alta de 9,2%. A moeda americana atingiu na terça-feira (3) o maior nível desde dezembro de 2025, a R$ 5,486 o avanço diário foi de 0,7%.

Agentes do mercado financeiro têm manifestado preocupação com o rumo das contas públicas no quarto mandato de Lula. No início da tarde da quarta (4), o dólar oscilava perto da estabilidade, após passar a manhã em queda.

"Quanto mais tempo o dólar permanecer acima do pré-eleição, maior é a probabilidade de ter algum impacto nos preços", diz o economista André Braz, do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas).

O Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada) disse na terça que a alta do dólar frente ao real aumentou a competitividade da soja brasileira no mercado internacional, estimulando o interesse de compradores estrangeiros.

Conforme a instituição, o movimento impulsionou os preços, que voltaram aos níveis do início de outubro.

Nesta terça, a saca de 60 kg de soja custava R$ 152,45 no Paraná, aponta indicador do Cepea. Isso representa uma alta de 3,9% ante o patamar de 23 de outubro (R$ 146,69), antes do segundo turno das eleições.

O centro também afirmou que as cotações do milho voltaram a subir, favorecidas pela valorização do dólar e pelo avanço dos preços nos portos.

A saca de 60 kg custava R$ 66,19 nesta terça, 3% a mais do que às vésperas do segundo turno (R$ 64,27). A região de referência dos dados é a de Campinas (SP).

"Teve algumas altas até bem expressivas de soja em grão e milho, porque os preços da maioria das commodities que a gente exporta são feitos de fora para dentro", diz o analista Gabriel Viana, da consultoria Safras & Mercado, em referência ao impacto do câmbio.

Enquanto o dólar pressiona, outros fatores impedem um aumento mais intenso das cotações neste momento, segundo Viana. Um deles é o avanço do plantio da soja no Brasil.

O especialista afirma que o clima até agora tem permitido a semeadura na maioria das regiões, exceto em locais que sofrem com fortes chuvas na região Sul.

A questão é que a alta das temperaturas prevista com o fenômeno climático El Niño pode atrapalhar as lavouras mais à frente, pondera o analista.

Outro fator a ser observado é o comportamento dos preços do óleo diesel, uma vez que o combustível é um dos insumos utilizados na produção agrícola.

Com a alta do petróleo após o início da guerra no Irã, o governo passou a subsidiar os preços do diesel no Brasil. A subvenção ao combustível foi renovada por 30 dias na semana passada.

"Em caso de uma mudança na política da subvenção, a gente pode ter um aumento de preço do diesel muito agressivo justamente no momento de cuidados com a lavoura e talvez até no início de colheita", diz o consultor.

De acordo com o Cepea, o movimento de alta nas cotações do açúcar cristal no mercado à vista foi intensificado na última semana de outubro, após o segundo turno das eleições. A instituição associou o impulso à valorização do dólar.

Na semana de 26 a 30 de outubro, os preços do açúcar cristal branco no estado de São Paulo registraram média de R$ 128,57 por saca de 50 kg, aumento de 2,3% frente à semana anterior (R$ 125,63). Foi a 15ª alta semanal consecutiva sequência de valorização mais longa desde 2020.

A saca de açúcar abriu esta semana cotada a R$ 127,33 nesta terça. O valor é 1,5% superior ao de 23 de outubro (R$ 125,44).

Outro reflexo envolve o trigo, insumo usado na produção de alimentos como pães, massas e biscoitos.

Na quarta, o Cepea afirmou que a oferta restrita do cereal de boa qualidade, devido a chuvas durante a colheita, está elevando as cotações. O cenário, conforme a instituição, foi reforçado pela alta do dólar na última semana de outubro.

O preço médio do trigo teve alta de 2,2% no mês passado no Rio Grande do Sul, indica o Cepea. O estado é o maior produtor do país, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O Rio Grande do Sul também lidera a produção nacional de arroz. Nesta quarta, o Cepea afirmou que o forte avanço do dólar na última semana de outubro voltou a colocar as exportações de arroz em casca no radar do mercado no estado.

Segundo o centro de estudos, a expectativa de retomada da demanda externa levou parte dos vendedores a adiar negócios, enquanto as indústrias seguiram limitando as compras, diante das vendas fracas e da dificuldade de repassar os preços da matéria-prima.

Em outubro, a média de preços calculada no Rio Grande do Sul foi a maior, em termos nominais, desde fevereiro de 2025, disse o Cepea.

Na semana passada, o centro afirmou que as cotações do café estão firmes no mercado nacional, impulsionadas pela valorização do dólar.

Conforme a instituição, o movimento cambial sustentou os preços domésticos, mesmo diante das quedas observadas no cenário internacional.

A saca de 60 kg do tipo robusta saía por R$ 975,32 nesta terça, 4,1% acima do patamar às vésperas do segundo turno (R$ 936,73).

Já o arábica custava R$ 1.611,06, nível 0,6% acima do registrado em 23 de outubro (R$ 1.601,95). (Folhapress)

Aquicultura em águas da União bate recorde com 179,6 mil toneladas

A aquicultura em águas da União registrou em 2025 o maior volume de produção da série histórica iniciada em 2019. Foram produzidas 179,6 mil toneladas de organismos aquáticos, volume 20,9% superior ao registrado no ano anterior.

A atividade movimentou R$ 1,47 bilhão em Valor Bruto da Produção (VBP) e gerou 4.239 postos de trabalho no país, segundo dados do Ministério da Pesca e Aquicultura,.

A piscicultura continental respondeu por 94,5% da produção total, com 169,8 mil toneladas. Já a malacocultura, voltada ao cultivo de moluscos, produziu 8,8 mil toneladas, enquanto a algicultura somou cerca de 997 toneladas.

O principal destaque da atividade foi a tilápia do Nilo, responsável por aproximadamente 168 mil toneladas produzidas e pela maior parte da produção aquícola em águas da União.

A aquicultura em águas da União é a criação de peixes, moluscos, algas e outros organismos aquáticos em áreas de domínio federal, como reservatórios de hidrelétricas, grandes rios e áreas marinhas cedidas para cultivo.

Diferentemente da produção desenvolvida em viveiros, açudes e represas particulares, essa modalidade utiliza espaços aquáticos públicos da União mediante autorização do governo federal.

Regiões

A Região Sudeste liderou a produção nacional em águas da União, com 94,8 mil toneladas, volume equivalente a mais da metade do total produzido no país.

Em seguida aparecem o Nordeste, com 34,6 mil toneladas; o Sul, com 27,3 mil toneladas; e o Centro-Oeste, com 22,3 mil toneladas. A Região Norte registrou 712 toneladas.

Entre os estados, São Paulo ocupou a primeira posição, com 64,5 mil toneladas produzidas, seguido por Minas Gerais, com 30 mil toneladas, e Paraná, com 18 mil toneladas.

Pernambuco, com 15,3 mil toneladas, aparece na sequência entre os maiores produtores do país, seguido de Goiás (11,9 mil toneladas), Mato Grosso do Sul (10,2 mil) e Santa Catarina (9,3 mil).

Os dados mostram ainda expansão da atividade. O número de contratos vigentes para utilização de águas da União passou de 1.422, em 2024, para 1.551, em 2025.

Perfil dos produtores

Entre os produtores que atuam em águas da União, cerca de 79% são homens e 21% são mulheres. Em relação à escolaridade, predominam cessionários com ensino médio completo, que representam 24,1% do total. Em seguida aparecem aqueles com ensino superior completo, com participação de 15,2%.

De acordo com o boletim, 26,64% dos produtores não informaram a escolaridade que têm.

Segundo o Ministério da Pesca e Aquicultura, os resultados reforçam o potencial da aquicultura em águas da União para ampliar a oferta de pescado, gerar emprego e renda e contribuir para o desenvolvimento regional. (Agência Brasil)

Advogado do Consumidor Cidadania & Economia

Conheça seus Direitos

Italian Week 2026 promove encontros entre Brasil e Itália

De 8 a 15 de novembro, o Edifício Itália, em São Paulo, recebe a Italian Week 2026, evento promovido pelo Circolo Italiano San Paolo que celebra a cultura italiana e fortalece as conexões entre Brasil e Itália.

A programação abrange música, arte, arquitetura, design, negócios, turismo e gastronomia.

A abertura, no dia 8, será marcada pelo Circolo Auto, exposição de carros clássicos e antigos. Entre os dias 9 e 13, acontecem palestras e talks com convidados como Mafalda Minnozzi, Beto Cocenza, Giulia Lupo, Fernando Galuppo e Maestro Laércio Signorelli Diniz.

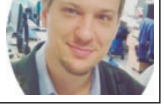
Entre os destaques estão a homenagem a Luiza Helena Trajano, com o prêmio Ispirazione a Tutti, no dia 12, e a final do I Voci d'Italia in Brasile, no dia 13. A programação inclui ainda o Prêmio Italicittà, no dia 14, e o Viva la Nostra Gente, no dia 15, com música, dança e gastronomia italiana.

Mais do que celebrar tradições, a Italian Week é uma oportunidade de promover encontros, intercâmbio cultural e novas parcerias entre os dois países.

Serviço
Italian Week 2026
= 8 a 15 de novembro
= Edifício Itália – São Paulo
< Inscrições gratuitas.

Confira a programação completa:
" Acesse aqui" (https://claude.ai/artifact/JseuNwaBWq8uAMWaqx3Fsy?sk=bE31zZfme5else4qz-s0Eg)

Programação sujeita a alterações e disponibilidade de vagas.



Nicholas Maciel Merlone - | Advogado especialista em Direito do Consumidor com Escritórios Parceiros | Professor Universitário | Mestre em Direito | Articulista & Escritor.
Instagram: @nicholasmmerlone /
Contato: nicholas.merlone@gmail.com

Lei Rouanet tem recorde de 25,6 mil projetos e de R$ 1,67 bi captados

Encerrado o período de apresentação de propostas, a Lei Rouanet registrou 25.650 projetos culturais em 2026. Apenas nos dez primeiros meses do ano, foram captados R$ 1,67 bilhão em incentivo. Os números são recorde desde a criação da norma, em 1991.

O prazo para envio de propostas terminou em 31 de outubro. A quantidade de proposições recepcionadas cresceu 11,6%, na comparação com 2025, quando foram inscritos 22.990 projetos. Em relação à captação de recursos, a alta foi de 3,5% na comparação com os R$ 1,67 bilhão registrados no mesmo período do ano passado.

De acordo com o Ministério da Cultura, o crescimento está relacionado à ampliação da participação de regiões e públicos historicamente menos contemplados, por meio dos programas Rouanet Norte, Rouanet Nordeste, Rouanet Centro-Oeste e Rouanet nas Favelas.

Regiões priorizadas

Segundo a pasta, os dados do Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (Salic) mostram crescimento da captação nas três regiões priorizadas, além de refletirem ações de orientação e formação para a apresentação de projetos.

Entre 2023 e 2025, o Centro-Oeste passou de R$ 65,5 milhões para R$ 129,9 milhões (aumento de 98,3%). No Norte, os valores avançaram de R$ 64,7 milhões para R$ 119,5 milhões – 84,8% a mais). No Nordeste, a captação subiu de R$ 148,5 milhões para R$ 239,2 milhões; crescimento de 61,1%.

Juntas, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste somaram 7.238 propostas, alta de 54,5% na comparação com as 4.684 registradas em 2024.

O que é a Lei Rouanet

Criada em 1991, a Lei Rouanet permite que empresas e pessoas físicas destinem parte do Imposto de Renda devido para financiar projetos culturais aprovados pelo Ministério da Cultura.

Os projetos são inscritos no sistema Salic por artistas, produtores e instituições culturais. As propostas passam por análise técnica e legal antes de receber autorização para captar recursos.

A aprovação não garante recursos para o projeto, apenas autoriza o proponente a buscar patrocínios e doações de empresas e contribuintes que usam o incentivo fiscal previsto na lei.

Após atingir o valor mínimo de captação exigido, o projeto pode ser executado. As iniciativas devem oferecer contrapartidas para ampliar o acesso à cultura, como ingressos gratuitos ou a preços populares, além de garantir acessibilidade.

Durante a execução, os recursos e as atividades são acompanhados pelo ministério. Ao final, os responsáveis precisam prestar contas da aplicação dos recursos e do cumprimento das metas previstas. Irregularidades podem resultar em sanções e devolução de valores. (Agência Brasil)

Brasil cria 121,3 mil postos de trabalho em setembro, aponta Caged

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, divulgados na quarta-feira (4), apontam que 121,3 mil postos de trabalho com carteira assinada foram abertos em setembro. O indicador mede a diferença entre contratações e demissões.

O saldo é 24,7% maior em relação a agosto, quando o país criou 161 mil empregos.

A criação de empregos caiu 43,5% em comparação a setembro do ano passado, pressionada pelos juros altos e pela desaceleração da economia. No mesmo mês de 2025, tinham sido criados 214,6 mil postos de trabalho, nos dados com ajuste, que consideram declarações entregues em atraso pelos empregadores.

Em relação aos meses de setembro desde 2020, esse é o resultado mais baixo da série. A mudança da metodologia no Caged impede a comparação com anos anteriores a 2020.

De janeiro a setembro, o Caged registrou queda de 27,9% no acumulado de vagas formais: 1.248.914 (nove meses de 2026); 1.731.398 (nove meses de 2025).

Os dados trazem ajustes, quando o Ministério do Trabalho registra declarações entregues fora do prazo pelos empregadores e retifica os dados de meses anteriores.

Setores

Na divisão por ramos de atividade, quatro dos cinco setores pesquisados criaram empregos formais em setembro. Só a agropecuária demitiu mais do que contratou.

Serviços: 81.241 postos; Indústria (de transformação, de extração e de outros tipos): 19.285; Comércio: 15.697; Construção civil: 9.468; Agropecuária: -4.381.

Tradicionalmente, o mês de setembro é fraco para a agropecuária, por causa do início do plantio. No entanto, representa alta na atividade industrial, com as fábricas começando a produzir para o Natal.

Destaques

Nos serviços, a criação de empregos foi puxada pelo segmento de atividades administrativas e serviços complementares, com a abertura de 18,3 mil postos formais. A categoria de saúde humana e serviços sociais abriu 15,4 mil vagas. O setor de transporte, armazenagem e correio criou 13,2 mil postos.

Na indústria, o destaque positivo ficou com o segmento de serviços especializados para fabricação de produtos alimentícios (17 mil), fabricação de veículos automotores (2,1 mil) e coleta, tratamento, disposição de resíduos e recuperação de materiais (1,48 mil).

No comércio, o maior gerador de empregos foi o comércio varejista (9,43 mil), seguido por comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas (3,87 mil.

Na construção, os destaques foram obras de infraestrutura (4,66 mil) e serviços especializados para construção (3,9 mil).

Salário médio

O salário médio real de admissão em setembro totalizou R$ 2.429,41. Isso representa: redução de R$ 1,10 (-0,05%) em relação a agosto (R$ 2.430,51); aumento de R$ 44,90 (1,88%) em relação a setembro de 2025 (R$ 2.384,51).

Carteira assinada

Com a criação de empregos formais, o número de trabalhadores com carteira assinada encerrou setembro em 48,35 milhões, alta de 0,25% em relação a agosto e de 1,65% em relação ao mesmo mês do ano passado. (Agência Brasil)

Pacote eleitoral de Lula alcança R$ 290 bi e gera pressão sobre dívida pública

A lista de medidas adotadas pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de olho nas eleições alcançou R$ 290 bilhões, considerando valores previstos para 2026 e 2027, e gera pressão sobre a dívida pública.

Embora algumas iniciativas não afetem as regras fiscais algumas delas, como os recursos para financiar empréstimos, são consideradas despesas financeiras, boa parte acaba tendo impacto no endividamento do país. Em agosto, a DBGG (dívida bruta do governo geral) alcançou 82,9% do PIB (Produto Interno Bruto), o maior patamar em cinco anos.

A trajetória de crescimento da dívida está no centro das preocupações de economistas, que veem necessidade de um ajuste nas contas públicas de pelo menos R$ 250 bilhões no próximo mandato para estabilizar o indicador. Sem um esforço desta envergadura, os investidores podem continuar cobrando taxas de juros elevadas para financiar o país.

Cálculos preliminares da IFI (Instituição Fiscal Independente) do Senado apontam que o pacote de Lula pode gerar um aumento de 1,2 ponto percentual na DBGG até o fim do ano que vem, considerando a projeção anterior, divulgada em junho. Na ocasião, o órgão previa que o indicador chegaria a 86,4% do PIB em dezembro de 2027, já contabilizando uma parte das medidas anunciadas até então.

A lista de ações inclui subsídios aos preços de combustíveis, anunciados em março após a eclosão da Guerra no Irã e renovados ao longo dos últimos meses, e linhas de crédito para socorrer setores econômicos, facilitar a compra da casa própria e incentivar a aquisição de carros e caminhões.

Também contempla as últimas promessas de Lula, como a expansão do programa Pé-de-Meia para universitários, o repasse de um Pix de R$ 5.000 para MEIs (microempreendedores individuais) e a tarifa zero no transporte público nos finais de semana.

O MPO (Ministério do Planejamento e Orçamento) disse, em nota, que as iniciativas listadas têm diferentes naturezas, fontes de financiamento e períodos de execução —por isso, na visão da pasta, não deveriam ser somadas. O órgão ressaltou ainda que parte representa ações emergenciais adotadas para mitigar os efeitos de guerras em curso sobre o dia a dia da população, como é o caso dos subsídios aos combustíveis.

A pasta defendeu a atuação do Estado para minimizar esses impactos e prover políticas públicas para a população, "com respeito a legislação fiscal e ao processo de consolidação das contas públicas". "A realização das eleições não suspende as responsabilidades do Estado nem seu dever de proteger a população, garantir direitos e promover o desenvolvimento do país", disse a pasta. "A execução de políticas públicas não pode ser confundida, por si só, com aumento de gastos motivado pelo calendário eleitoral."

Em nota, o Ministério da Fazenda informou que "os valores das medidas anunciadas não representam, integralmente, um impacto adicional no Orçamento de 2027". "Após a designação do relator, o governo encaminhará ao Congresso os ajustes necessários, considerando as particularidades de cada medida", afirmou. Segundo a pasta, os ajustes vão respeitar a meta fiscal e o arcabouço.

Ainda assim, o custo com as políticas anunciadas até o momento deve alcançar R$ 234,9 bilhões neste ano e R$ 55,1 bilhões em 2027 ou seja, ficará a cargo do presidente que for eleito. Algumas das ações terão impactos também nos anos seguintes, como o reajuste do Bolsa Família, a ampliação do limite de faturamento para MEIs e o perdão de dívidas para esse público.

O presidente também propôs, ao longo do seu governo, outras medidas que acabaram sendo implementadas apenas em ano eleitoral, como a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R$ 5.000 por mês. A medida foi anunciada no fim de 2024 e aprovada pelos parlamentares em novembro 2025, com impacto nos salários dos eleitores a partir de janeiro deste ano.

A renúncia de receitas com a medida foi estimada em R$ 28 bilhões neste ano. O valor seria compensado pela retenção do IR sobre dividendos, mas a arrecadação esperada de R$ 29,9 bilhões foi reduzida a R$ 10,5 bilhões devido à frustração nas receitas efetivamente observadas.

Para chegar aos valores, a Folha considerou os gastos já autorizados, as projeções divulgadas pelo Executivo em entrevistas, documentos oficiais do governo e cálculos preliminares da área econômica (no caso de medidas mais recentes).

Algumas ações envolvem despesas diretas, com impacto no resultado primário (saldo entre receitas e despesas não financeiras), gastos financeiros e renúncias de receitas.

Em alguns casos, não há impacto no endividamento porque a medida é bancada por meio de remanejamento no próprio Orçamento. É o caso, por exemplo, do reajuste dos benefícios do Bolsa Família. A despesa está dentro do limite do arcabouço fiscal, então o gasto total permanecerá igual. Ainda assim, outras ações perderão recursos para dar lugar à medida.

Só no Orçamento de 2027, será necessário ajustar ao menos R$ 39,9 bilhões, já que o texto foi enviado ao Congresso no fim de agosto, antes do anúncio de parte das últimas bondades.

Assessores econômicos da campanha de Flávio Bolsonaro (PL), adversário do petista no segundo turno das eleições, têm criticado a condução da política fiscal de Lula e prometem mudanças, embora não detalhem as medidas de ajuste por medo da impopularidade.

Nas últimas semanas, porém, o candidato se comprometeu com bandeiras que representam mais gastos, como a garantia de aumento real para aposentados, ou menos receitas, como o tesouraço nos impostos. Seus assessores têm afirmaram que, em caso de vitória, manterão reajustes para servidores e a realização de novos concursos públicos.

Na equipe econômica de Lula, também há preocupação com a trajetória da dívida, e o presidente tem sido aconselhado a demonstrar compromisso com a busca de superávit primário (economia que ajuda a pagar os juros da dívida). Mas a desvantagem no placar do primeiro turno das eleições acabou despertando a reação da campanha petista, que reforçou os anúncios de benesses nesta reta final.

Para Alexandre Andrade, diretor da IFI e autor da estimativa dos impactos das medidas na dívida, a criação de despesas de caráter continuado em 2026 traz desafios a um quadro fiscal já apertado e que vai exigir remanejamento de despesas no Orçamento de 2027.

"O arcabouço limita o crescimento da despesa. Arrecadar mais ajuda a cumprir a meta, mas não abre espaço no limite. Se entram despesas obrigatórias novas, algo precisa sair, em geral investimento e custeio, já comprimidos", afirmou. "As saídas são rever despesas obrigatórias, rever renúncias ou mudar a regra. Todas exigem decisão política e transparência", acrescentou.

"Os impactos agregados das novas medidas do governo mostram que se torna ainda mais relevante o ajuste fiscal no pós-eleições", avaliou o economista Felipe Salto, da Warren Rena.

De acordo com ele, não há descumprimento da Lei Eleitoral e da Lei de Responsabilidade Fiscal com as medidas anunciadas, "mas os efeitos contratados ensejariam uma discussão sobre a modernização dessas leis, ampliando as restrições" com a proximidade do período eleitoral. (Folhapress)

Comissão do Senado aprova liberação para prefeitos e governadores tomarem crédito em ano eleitoral

A CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado aprovou na quarta-feira (3) um projeto para liberar a contratação de operações de renegociação de dívidas por prefeitos e governadores nos quatro meses que antecedem o fim de seus mandatos.

Atualmente, uma resolução do Senado Federal impõe um veto a operações de crédito 120 dias antes do fim do mandato do chefe do Executivo estadual, municipal ou do Distrito Federal. A norma prevê algumas exceções, como refinanciamento de dívida mobiliária.

O projeto do senador Renan Filho (MDB-AL) prevê que a exceção também alcance operações de reestruturação e recomposição de dívidas. Aprovado na CAE, ele poderá ser votado no plenário ainda nesta quarta.

Deverão ser imediatamente favorecidos pela alteração os governos de Amazonas, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco.

O relatório do senador Eduardo Braga (MDB-AM) previu que essas contratações precisarão ser divulgadas em site oficial com os demonstrativos de cálculo do valor atual da dívida, bem como o comparativo com a nova operação.

Os cronogramas anuais de pagamento da dívida original e renegociada e alterações relevantes nas condições financeiras também deverão ser incluídos nesse site de divulgação.

Renan Filho defendeu que o projeto é bom para os estados brasileiros e dará condições aos governadores eleitos ou reeleitos de reestruturarem suas dívidas com condições melhores.

O senador Omar Aziz (PSD-AM), eleito governador do Amazonas, foi um dos que teriam pedido que o projeto fosse incluído na pauta da CAE. O mandato tampão de Roberto Cidade (União Brasil) chegou a conseguir o aval para contratar R$ 1,4 bilhão, mas o procedimento não foi concluído.

"Recebi um apelo do governador eleito, o nosso colega senador Omar Aziz, para que nós tivéssemos muito cuidado [na discussão do projeto], em função de prazo estabelecido pela Secretaria Nacional do Tesouro", disse o senador Eduardo Braga.

Segundo os senadores, a alteração deve resolver outro problema, a duração de uma negociação envolvendo o Tesouro, que pode levar meses. "São anos, às vezes. Quando é rápido, é um ano, um ano e meio, a quantidade de documentos; e tem que ser assim mesmo", disse a senadora Leany Lemos (PSB-DF), que foi secretária de Planejamento do Ministério do Planejamento e Orçamento.

Uma vez iniciado o período de defeso eleitoral, as negociações, já alongadas, ficam paradas.

O veto à contratação de operações de crédito busca evitar a transferência de um ônus financeiro para a gestão que assume no ano seguinte. "Isso é algo legítimo, a preocupação de todos os que se elegem e estão tomando pé da situação dos seus estados e da sua situação fiscal", afirmou Leany.

O projeto deveria ter sido votado pela CAE na reunião de terça, mas ficou para quarta-feira por um pedido de vista coletiva encabeçado pelos senadores Eudócia Caldas (PSD-AL) e Izalci Lucas (PL-DF). Eudócia é mãe do governador eleito de Alagoas, João Henrique Caldas, o JHC (PSDB).

Izalci Lucas chegou a apresentar uma emenda para autorizar o governo do Distrito Federal a contratar crédito para capitalização do BRB (Banco de Brasília), mas a proposta foi considerada absurda pelo relator, e foi retirada.

A proposta não tramita na CAE em rito terminativo e, por isso, ainda passará pelo plenário. Por ser um projeto de resolução do Senado, ele não precisa ser sancionado pelo presidente Lula (PT).

ATAS / BALANÇOS / EDITAIS / LEILÕES

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 1127770-81.2022.8.26.0100/SP- EDITAL (DJEN) Nº 6100206716690. O(A) MM. Juiz(a) de Direito do Juízo Titular I - 1ª Vara Cível - Regional XI - Pinheiros, Estado de São Paulo, Dr(a). PAULO HENRIQUE RIBEIRO GARCIA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) EDISON JOSE DUTRA, CPF 27192639649, que lhe foi proposta uma ação de EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL por parte de NEXXOS SOCIEDADE DE EMPRESTIMO ENTRE PESSOAS S.A.. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para, no prazo de 03 dias úteis, pagar R$ 20.803,18, que deverá ser atualizada até a data do efetivo pagamento, acrescida dos honorários advocatícios da parte exequente arbitrados em 10% sobre o valor atualizado do débito. Caso efetue o pagamento no prazo, os honorários advocatícios serão reduzidos para metade (art. 827, § 1º, do CPC). No prazo para embargos, reconhecendo o crédito e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, poderá valer-se do disposto no art. 916 e §§, do CPC. Indeferida a proposta, seguir-se-ão os atos executivos, nos termos do art. 916, § 4º, do CPC. O não pagamento de qualquer das parcelas acarretará o disposto no art. 916, § 5º, do CPC. A opção pelo parcelamento importa renúncia ao direito de opor embargos (art. 916, § 6º, do CPC). PRAZO PARA EMBARGOS: 15 dias úteis, após o decurso do prazo do presente edital. Será o presente edital, publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08/10/2026. | 05.06

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1082374-16.2024.8.26.0002 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Andrea Ayres Trigo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) JOSÉ BERGO DIAS TEIXEIRA DE CARVALHO, CPF 316.175.869-25, com endereço à Rua Castilho, 59, Brooklin Paulista, CEP 04568-010, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Suprimento de Idade e/ou Consentimento por parte de P. G. T. de C., alegando em síntese: Os autores são pais sociafetivos de P. G. T. de C., com residência no endereço dos autores. A menor nasceu em 18/06/2016, sendo reconhecida pelo pai biológico somente em julho/2017. Os pais biológicos jamais conviveram sob o mesmo teto e, a menor não teve, e não tem qualquer convivência com o pai biológico e, embora irmão do coautor, não se teve notícia de seu paradeiro nos últimos anos, sabendo, pois, em lugar incerto e não sabido. A mãe biológica não convive com a menor a mais de 04 anos; não a visita nem faz contato. Embora não haja nenhuma proibição. Os requerentes tem a guarda da menor. Toda responsabilidade pela assistência material, moral e educacional é dos pais socioafetivos, ora autores. Não há qualquer participação da mãe biológica que se mantem distante, por sua escolha. Tentou-se o pai biológico, do qual não se tem notícia faz anos. Diante do exposto, requer-se: seja concedida a tutela antecipada, possibilitando o início das providências para emissão do passaporte da menor, no qual conste a autorização para viagens, suprindo a ausência dos pais biológicos, pelo mesmo prazo de validade do passaporte; seja concedida a tutela antecipada, autorizando viagens nacionais, em todo território brasileiro, suprindo a ausência dos pais biológicos; seja concedida a tutela antecipada para providenciar vistos de viagens internacionais, especialmente o norte-americano; a citação, pelo correio, da mãe biológica e, por edital, do pai biológico; a procedência do pedido para autorização de emissão do passaporte da menor PANDORA, com autorização, no passaporte, para viagens, pelo mesmo prazo da validade do passaporte; autorizando-se, ainda: a emissão de vistos e viagens nacionais, por todo território brasileiro; protesta provar o alegado por todos os meios de provas admitidos em direito,especialmente depoimento pessoal, testemunhas, documentos, pericias e demais que se fizerem necessárias. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias,que fluirá após o decurso do prazo do presente edital,apresente resposta.Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. | 05.06

SWILE DO BRASIL S.A.

CNPJ/ME nº 26.401.688/0001-05 - NIRE 35.300.503.007

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 2026

Aos 18/08/2026, às 11 h., na sede, com a presença da totalidade. **MESA:** Presidente, Any Carolina Borri Genovez; Secretário. Alexandre Roger Favre. **DELIBERAÇÕES UNÂNIMES:** (i) Aprovar o aumento de R$ 8.919.000,00 do capital social da Companhia, o qual passará de R$ 347.892.885,33 para R$ 356.811.885,33. Tal aumento será representado pela emissão de 8.919.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço unitário de emissão de R$ 1,00. O preço de emissão foi fixado de acordo com os parâmetros do artigo 170, § 1º, inciso I, da Lei 6.404/76, conforme o balanço da Companhia de 31/12/2025. O aumento foi subscrito integralmente pela acionista SWILE S.A.S. nos termos do Boletim de Subscrição anexo à presente Ata na forma do Anexo I. (ii) Em razão das alterações acima, aprovar a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - O capital social da Companhia totalmente subscrito é de R$ 356.811.885,33 representado por 356.811.885 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal." (iii) Por fim, a única acionista decide pela consolidação do Estatuto Social da Companhia, conforme consta no Anexo II à presente ata. Nada mais. São Paulo, 18 de agosto de 2026.

A íntegra da Ata se encontra disponível no site: https://www.jornalodiasp.com.br/

lucesp nº 353.103/26-3 em 23/09/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. – CASAS PERNAMBUCANAS

CNPJ/MF nº 61.099.834/0001-90 NIRE 35300033451

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da Arthur Lundgren Tecidos S.A. – Casas Pernambucanas ("Companhia") convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a realizar-se, em primeira convocação, no dia 12 de novembro de 2026, às 15h (quinze horas), de forma exclusivamente virtual, por meio de link da plataforma eletrônica a ser disponibilizado pela Companhia, conforme disposto no parágrafo único do artigo 121 da Lei nº 6.404/76, a fim de examinarem, discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: i ratificar a eleição do seguinte membro do Conselho de Administração: Sr. **Sérgio Saraiva Castelo Branco de Pontes**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG 991884 SSP/DF e inscrito no CPF nº 416.726.901-53, para cumprir o mandato unificado vigente dos demais membros do Conselho de Administração, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Francisco Matarazzo, nº 1.400, CJ 91, Edifício Torino – Antigo 1.700, Bloco 2, CEP: 05.001-903, conforme ata de reunião do Conselho de Administração realizada em 09/10/2026; e ii) acatar a renúncia do Conselheiro Sr. **Américo Lundgren Filho**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 3925376, emitida pela SSP/PE e inscrito no CPF sob o número 846.681.724-72, conforme carta de renúncia apresentada à Companhia, tendo deixado de exercer suas funções desde 09/10/2026, conforme ata de reunião do Conselho de Administração realizada em 09/10/2026. Informações Gerais: (i) Para participar da AGE por meio da plataforma eletrônica, os acionistas deverão enviar à Companhia, por meio do e-mail jose.castilho_ext@pernambucanas.com.br, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas em relação ao horário marcado para o início da AGE, solicitando suas credenciais de acesso ao sistema eletrônico de participação e votação à distância, e enviando cópia do respectivo documento de identidade ou, em caso de pessoa jurídica, do respectivo estatuto, contrato social ou regulamento, conforme aplicável, e do instrumento de eleição ou indicação do seu representante legal ou procurador devidamente constituído que comparecerá à AGE, acompanhado de seu respectivo documento de identidade; (ii) Os acionistas poderão ser representados na AGE por procuradores constituídos na forma do artigo 126, §1º, da Lei nº 6.404/76, devendo os documentos de representação ser enviados para a Companhia, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas em relação ao horário marcado para o início da AGE, para o e-mail jose.castilho_ext@pernambucanas.com.br; São Paulo, 30 de outubro de 2026. **CARLOS HENRIQUE BANDEIRA DE MELLO JÚNIOR** - Presidente do Conselho de Administração

PLAY2SELL S.A.

CNPJ nº 28.864.200/0001-01 - NIRE 35300562208

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Convidam-se os Senhores Acionistas da **PLAY2SELL S.A.**, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que será realizada: **DATA E HORÁRIO: 16 de novembro de 2026, às 10h. LOCAL:** https://zoom.us/j/2886420000 - a Assembleia será realizada **exclusivamente de forma online**. **Ordem do Dia: 1.** Em sede de **Assembleia Geral Ordinária: a)** Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 publicadas no Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), disponíveis no link, disponível no link https://www.gov.br/conteraldebalancos/#/demonstracoes, com os seguintes códigos de autenticação (HASH): **Balanço Patrimonial:** 07457F33AA9C1EBACB35D1EBBACDD8E5A6B6B64C; **Demonstração do Resultado do Exercício:** D0C496A7AAD9187D9BCA6144C4B51FBF54CB8A99; **b)** Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 publicadas no Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), disponíveis no link https://www.gov.br/conteraldebalancos/#/demonstracoes, com os seguintes códigos de autenticação (HASH): **Balanço Patrimonial:** A286A9B6A778A3D3403B6467098B1671C8A67D98A; **Demonstração do Resultado do Exercício:** 93E6743BA04A473947BE4B8349E8B6E29E38A2C9; **c)** Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 publicadas no Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), disponíveis no link, disponíveis no link https://www.gov.br/conteraldebalancos/#/demonstracoes, com os seguintes códigos de autenticação (HASH): **Balanço Patrimonial:** 18E713D-954357B62FFDB9EB5B0E1E7317C151E544; **Demonstração do Resultado do Exercício:** 7FB004A8B07711A3B7079EC-FA09BDBFDA9984F18EB; **d)** Deliberar sobre o caso tenha sido apurado lucro líquido nos exercícios sociais de 2024 e/ou 2025, sobre a destinação do respectivo resultado, inclusive quanto à distribuição de dividendos, nos termos da legislação aplicável e do Estatuto Social. **e)** Eleição para o cargo de Diretor Presidente; **f)** Eleição para o cargo de Diretor Vice-Presidente. **g)** Deliberação sobre a ratificação de todos os atos praticados pela Diretoria da Companhia desde 02 de abril de 2024 até 16 de novembro de 2026. **2.** Em sede de **Assembleia Geral Extraordinária: a)** Alterar o objeto social da Companhia para incluir as seguintes atividades: 8291-1/00 atividades de cobranças e informações cadastrais; 6619-3/02 correspondentes de instituições financeiras; e 6209-1/00 suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação. **b)** Alterar o Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia para incluir as novas atividades do objeto social da Companhia. **c)** Deliberar sobre a alteração do Estatuto Social da Companhia para emissão de **ações preferenciais Classe B**, sem direito de voto nas deliberações da Assembleia Geral, as quais terão prioridade no recebimento de dividendo mínimo de **R$ 0,05 (cinco centavos)** por ação, participação nos demais dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos pela Companhia, proporcionalmente à sua participação no capital social. Ficará resguardado o direito da Companhia aumentar o número de ações ordinárias ou preferenciais de qualquer classe independentemente da manutenção da proporção entre as classes existentes. **d)** Deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia, nos termos do art. 170, § 1º, inciso II, da Lei nº 6.404/1976, mediante a emissão de **1.173 (mil cento e setenta e três) novas ações preferenciais Classe B**, nominativas, sem valor nominal e sem direito a voto, pelo preço de emissão de **R$ 1.000,00 (mil reais)** por ação, totalizando **R$ 1.173.000,00 (um milhão, cento e setenta e três mil reais)**, mediante subscrição e integralização das ações por meio da conversão dos créditos decorrentes dos Notas Conversíveis em Participação Societária celebradas entre a Companhia e os respectivos investidores por meio da plataforma Capfable, nos termos dos respectivos boletins de subscrição arquivados na sede da Companhia. São Paulo – SP, 30 de outubro de 2026. Felipe dos Santos – Presidente.

sacyr somague ENGENHARIA E INFRAESTRUTURAS

SACYR SOMAGUE S.A. DO BRASIL E CONTROLADA

CNPJ: 05.055.482/0001-09

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em atenção às disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação e consideração de V. Sas., o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração dos Fluxos do Caixa, referentes ao Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. Outrossim, colocamo-nos a inteira disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. As Demonstrações financeiras aqui publicadas, também estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: www.gov.br/centraldebalancos.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Valores expressos em reais - R$ - centavos eliminados)

		Controladora		Consolidado	
ATIVO	**Notas**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	13.249	3.743	651.833	4.774
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	-
Estoques	4.2	-	-	2.577.820	-
Contas a receber de clientes	4.3	-	37.483.718	3.001.491	37.483.718
Contas a receber de consorciadas	4.4	28.431	32.075	28.431	32.075
Impostos a recuperar	4.5	3.017.930	1.463.751	3.226.370	1.463.751
Outros ativos	4.6	36.201	51.719	4.577.857	52.152
Total do ativo circulante		3.095.810	39.035.006	14.063.802	39.036.470
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes	4.3	-	-	34.670.001	-
Partes relacionadas	5.1	26.549.637	8.597	61.862.464	7.579
Impostos diferidos	5.2	-	-	-	-
Depósitos judiciais	5.3	12.296	24.296	82.638	51.534
		26.561.933	32.893	96.615.104	59.113
Investimentos	5.4	14.788.377	-	-	-
Ágio/Deságio em investimentos		-	-	0	-
Imobilizado	5.5	138.035	204.091	684.603	204.091
Intangível	5.5	0	(9)	0	(9)
Total do ativo não circulante		41.488.345	236.975	97.299.707	263.195
TOTAL DO ATIVO		**44.584.156**	**39.271.980**	**111.363.509**	**39.299.665**

		Controladora		Consolidado	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**Notas**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
CIRCULANTE					
Fornecedores	6.1	499.057	5.338.350	8.997.086	5.404.979
Empréstimos e financiamentos	6.2	-	-	6.352.376	-
Salários, prov. e encargos sociais a recolher	6.3	221.469	-	1.694.665	-
Impostos e contribuições a recolher	6.4	5.746.855	(54.356)	7.094.104	(52.450)
Impostos diferidos	5.2	-	9.643.966	1.958.855	9.643.966
Adiantamento de clientes		-	-	-	-
Conta corrente de consorciadas	4.4	9.272	8.677	18.578.233	8.677
Dividendos a pagar		-	-	-	-
Provisão para outros riscos e encargos	6.5	964.615	964.615	5.434.612	964.615
Perda com investimentos		-	-	-	-
Outras contas a pagar	6.6	354.624	489.324	22.391.588	18.240.056
Total do passivo circulante		7.795.891	16.390.576	72.501.519	34.209.844
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos		-	-	-	-
Partes relacionadas	5.1	91.612.265	94.677.687	91.612.265	94.677.687
Provisão para perdas em consórcios e obras		-	-	-	-
Provisão para perdas em investimentos	5.4	-	17.791.584	-	-
Impostos e contribuições a recolher	6.4	5.263.639	-	7.337.364	-
Outras contas a pagar		-	-	-	-
Total do passivo não circulante		96.875.903	112.469.271	98.949.629	94.677.687
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital		139.668.375	103.533.572	139.668.375	103.533.572
Capital a integralizar		-	-	-	-
Reservas de Capital		-	-	-	-
Outras reservas		-	-	-	-
Prejuízos acumulados		(199.756.013)	(193.121.439)	(199.756.013)	(193.121.439)
Total do patrimônio líquido	7	(60.087.639)	(89.587.866)	(60.087.639)	(89.587.866)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**44.584.156**	**39.271.980**	**111.363.509**	**39.299.665**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Em milhares de reais - R$ - centavos eliminados)

Controladora	**Nota**	**Capital social**	**Reserva de capital**	**Lucros/Prejuízos acumulados**	**Total do patrimônio líquido**
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2024		**103.533.572,43**	**-**	**(172.480.710,91)**	**(68.947.138,48)**
Aumento de capital		-	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício		-	-	(20.640.727,91)	(20.640.727,91)
Reversões:					-
Reserva legal		-	-	-	-
Absorção de prejuizos acumulados por sócios *		-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		**103.533.572,43**	**-**	**(193.121.438,82)**	**(89.587.866,39)**
Prejuízo líquido do exercício		-	-	(6.634.574,38)	(6.634.574,38)
Aumento de capital	7	36.134.802,20	-	-	36.134.802,20
Reversões:					
Reserva legal		-	-	-	-
Reserva de capital		-	-	-	-
		-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		**139.668.374,63**	**-**	**(199.756.013,20)**	**(60.087.638,57)**

Controlada	**Nota**	**Capital social**	**Reserva de capital**	**Lucros/Prejuízos acumulados**	**Total do patrimônio líquido**
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2024		**4.555.122**	**0**	**(19.215.948)**	**(14.660.826)**
Aumento de capital		506.812	-	-	506.812
Prejuízo líquido do exercício		-	-	(3.637.570)	(3.637.570)
Reversões:					
Reserva legal		-	-	-	-
Absorção de prejuizos acumulados por sócios *		-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		**5.061.934,38**	**0,35**	**(22.853.518,24)**	**(17.791.583,51)**
Prejuízo líquido do exercício		-	-	(3.929.358,53)	(3.929.358,53)
Aumento de capital		36.509.318,62	0,33	-	36.509.318,95
Reversões:					
Reserva legal		-	-	-	-
Absorção de prejuizos acumulados por sócios *		-	-	-	-
		-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		**41.571.253,00**	**0,68**	**(26.782.876,77)**	**14.788.376,91**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Valores expressos em reais - R$ - centavos eliminados)

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(6.634.574)	(20.640.728)	(6.634.574)	(20.640.728)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	**(6.634.574)**	**(20.640.728)**	**(6.634.574)**	**(20.640.728)**

DIRETORIA

Carlos Alberto Borda de Agua Sequeira – Representante Legal

Aline Martins Lima – Contador – CRC 1SP264365/O-0

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Valores expressos em reais - R$ - centavos eliminados)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	8.1	(8.021.183)	(1.790.341)	(4.979.850)	(1.790.341)
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	8.2	(31.175)	(669.141)	(3.261.410)	(669.141)
LUCRO BRUTO		(8.052.358)	(2.459.482)	(8.241.260)	(2.459.482)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	8.2	(10.067.487)	(1.970.366)	(13.973.195)	(5.546.131)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	8.3	(1.347)	(1.988.346)	1.068	(1.988.346)
Resultado de equivalência patrimonial	8.4	(3.929.359)	(3.638.831)	-	(1.261)
Provisão para outros riscos e encargos	8.5	-	2.007.742	74.174	2.007.742
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(22.050.550)	(8.049.283)	(22.139.213)	(7.987.478)
Receitas financeiras		20.044.320	21.284	20.309.445	21.286
Despesas financeiras		(2.340.932)	1.581.807	(2.517.390)	1.579.050
Variações cambiais, líquidas		(460.257)	(14.054.805)	(460.262)	(14.113.853)
	8.6	17.243.131	(12.451.713)	17.331.794	(12.513.518)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(4.807.419)	(20.500.996)	(4.807.419)	(20.500.996)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes		(8.003.877)	-	(8.003.877)	-
Diferidos		6.176.722	(139.732)	6.176.722	(139.732)
	8.7	(1.827.155)	(139.732)	(1.827.155)	(139.732)
RESULTADO LÍQUIDO		**(6.634.574)**	**(20.640.728)**	**(6.634.574)**	**(20.640.728)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Valores expressos em reais - R$ - centavos eliminados)

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(6.634.574)	(20.640.728)	(6.634.574)	(20.640.728)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido do exercício com o caixa gerado pelas operações				
Depreciações e amortizações	64.765	66.751	66.366	66.751
Resultado de equivalência patrimonial	3.929.359	3.638.831	-	1.261
Variações monetárias incorridos	460.257	14.054.805	460.262	14.113.853
Juros sobre empréstimos financeiros	-	-	-	-
Juros sobre mútuos	1.456.281	1.461.384	1.456.281	1.461.384
Baixas de imobilizado	1.282	71	1.282	71
Provisões diversas	-	(2.007.742)	(74.174)	(2.007.742)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				
Estoques	-	-	173.843	-
Contas a receber de clientes	37.483.718	1.972.827	34.947.302	1.972.827
Contas a receber de consórcios	3.644	(12.924)	3.644	(12.924)
Impostos a recuperar	(1.554.179)	674.065	(1.759.716)	674.065
Impostos diferidos a compensar	-	-	-	-
Outros ativos	27.519	(2.488)	94.129	(2.922)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(4.839.293)	4.342.712	(4.369.581)	4.353.638
Contas a pagar de consórcios	595	(1.004.507)	2.354.709	(1.004.507)
Salários, provisões e encargos sociais a recolher	221.469	(398.166)	(153.119)	(398.166)
Impostos e contribuições a recolher	11.064.849	(341.633)	14.483.918	(344.068)
Imposto diferido a pagar	(9.643.966)	(42.755)	(12.913.593)	(42.755)
Outras contas a pagar	(134.700)	(9.109.912)	(1.995.936)	(6.048.291)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) ativ. operacionais	31.907.024	(7.349.409)	26.141.042	(7.858.254)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Absorção de prejuizos pela conta do sócio	-	-	-	-
Aumento de participação em joint operation, líquido do caixa adquirido	-	-	273.423	-
Aquisição de investimentos	(36.509.319)	(506.812)	-	-
Aquisição de bens para o ativo imobilizado e intangível	-	-	548.169	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(36.509.319)	(506.812)	821.592	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aumento de capital	36.134.802	-	36.134.802	-
Mútuos com partes relacionadas	(21.981.713)	8.755.853	(47.336.744)	8.755.853
Pagamento de mútuos com partes relacionadas	(230.223)	(5.371.942)	(230.223)	(5.371.942)
Conta corrente com partes relacionadas	(9.311.066)	3.900.499	(9.311.066)	3.900.499
Captação de financiamentos	-	-	2.500.000	-
Pagamento de financiamentos	-	-	(8.072.345)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	4.611.801	7.284.410	(26.315.575)	7.284.410
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	9.506	(571.811)	647.059	(573.843)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.743	575.553	4.774	578.617
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	13.249	3.743	651.833	4.774
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**9.506**	**(571.811)**	**647.059**	**(573.843)**

EDITAL DE CITAÇÃO-PRAZO DE 20DIAS,expedido nos autos da Ação de Usucapião,PROCESSO Nº0041999-70.2013.8.26.0100 O(A) Dr (a). Rodrigo Jae Hwa An,MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei,etc.FAZ SABER a Augusta Aparecida da Silva,Décio Batista, Clara da Silva Batista, Alvaro José da Silva, Flávio José da Silva,Doraci Aparecida da Silva, Marina Silva Oliverio, Neide Silva, Benedito Contrigiani, Nerina Silva Contrigiani, Regina Silva, Virginia Terezinha Silva,Bernardino Domingos Gonçalves,Levina Dias Gonçalves, José Paulo de Souza Filho, Vilma Gonçalves de Souza, Adriana Gobo Silva, Fernanda Gobo da Silva Alves Sena,Fernando Alves de Sena, Maria de Jesus Thomé Sena, Eliane da Silva, Jefferson Luís da Silva, Genilda da Silva Lima, Mariana Lopes Monteiro da Silva, Veridiana Godoy Ricoldi, Adilson Luiz Ricoldi, Leonor de Castro Matheus, Lilian Matheus, Cláudia Matheus, Mercedes Farias dos Santos Viana, Rosimeire Aparecida Machado Ferreira, Benedito Aurélio da Silva, Francisco Manoel Ferreira, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que Fernanda Aline Dias Slobodicov, Ione Gueribi Dias, Reginaldo Dias e Sandra Regina Dias Issy ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando a declaração de domínio sobre o imóvel situado na Rua Turvolândia, n.º112, e na Rua Particular Projetada, Jardim Paraguaçu, CEP 03939-060, São Paulo-SP, imóvel que se localiza em área maior na transcrição n.º 63.096 do 9º Oficial de Registro de Imóveis da Capital, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias úteis, contestem o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. | 05,06

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 5 E 17 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

CNPJ/MF nº 29.938.085/0001-35 - NIRE nº 35.300.514.611 - COMPANHIA FECHADA

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE DEBÊNTURES DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 5 E 17 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A., REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2026.

1. DATA, HORÁRIO E LOCAL: Em 29 de outubro de 2026, às 10:00 hrs ("Assembleia"), nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, ("Resolução CVM 81") de forma exclusivamente eletrônica, com a dispensa de videoconferência em razão da presença da totalidade das debêntures em circulação, com votos proferidos via *e-mail* que foram arquivados na sede social da **Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A.** ("Companhia"), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob nº 29.938.085/0001-35, situada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Estrada de Itapecerica, nº 4.157, Capão Redondo, CEP: 05.858-001. **2. CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação por edital, tendo em vista que se verificou a presença do titular representando 100% (cem por cento) das debêntures em circulação, emitidas no âmbito do "*Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Companhia*" ("Debenturista", "Debêntures", "Emissão" e "Escritura de Emissão" respectivamente), celebrado em 01 de abril de 2020, conforme aditado, nos termos do artigo 71, parágrafo 2º e artigo 124, parágrafo 4º, ambos da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **3. PRESENÇA:** Presentes: (i) os representantes do Debenturista, conforme lista de presença anexa à presente ata; (ii) os representantes da Companhia; (iii) os representantes das Fiadoras, quais sejam, a Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. ("Motiva") e a Ruasinvest S.A. ("Ruasinvest", e, em conjunto com a Motiva, as "Fiadoras"); (iv) os representantes da Five Trilhos - Administração e Participações S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.536.951/0001-03, subsidiária integral da Companhia ("Five Trilhos"); e (v) representante do agente fiduciário da Emissão, qual seja, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"). **4. MESA:** Presidida pelo Sr. Marcus Vinicius Figur da Rosa e secretariada pelo Sr. Antonio Marcio Barros Silva. **5. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: **(i)** concessão de anuência prévia para a postergação, por 6 (seis) meses, do prazo para cumprimento, pela Five Trilhos, da obrigação prevista na alínea "(a)" da Cláusula 2.3.1 do "*Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes da Concessão e Direitos Creditórios e Outras Avenças*", celebrado entre a Companhia, a Five Trilhos e o Agente Fiduciário em 16 de novembro de 2021, conforme aditado ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos"), de celebrar, periodicamente, a cada 6 (seis) meses, aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos para incluir no âmbito dos Direitos Creditórios FT (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos) os novos Bens Adicionais FT (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos), exclusivamente com relação ao aditamento cuja celebração deveria ocorrer até 29 de outubro de 2026, o qual deverá ser celebrado até 29 de abril de 2027, bem como do prazo para envio das notificações previstas na Cláusula 3.4 do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos vinculadas a tal aditamento, o qual será contado a partir da data de celebração do referido aditamento, sem que a celebração do referido aditamento e o envio das referidas notificações dentro do prazo ora postergado configurem descumprimento de obrigação pela Companhia e/ou pela Five Trilhos ou ensejem a declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 6.27.2, item (c) da Escritura de Emissão ("Postergação"); e **(ii)** autorização para que o Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas, em conjunto com a Companhia e a Five Trilhos, pratique todos os atos necessários para dar efeito às deliberações aprovadas na presente Assembleia, incluindo, mas não se limitando, a celebração do 8º aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos objeto da Postergação, até 29 de abril de 2027, bem como a realização das averbações, registros e notificações a ele relacionados, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos. **6. ABERTURA DOS TRABALHOS:** Foi proposto aos presentes a eleição do Presidente e da Secretária da Assembleia para, dentre outras providências, lavrar a presente ata. Após a devida eleição do Presidente e da Secretária da Assembleia, foram abertos os trabalhos, tendo sido verificado pela Secretária os pressupostos de quórum e convocação, bem como os instrumentos de mandato dos representantes do Debenturista, declarando o Sr. Presidente instalada a presente Assembleia. Em seguida, foi realizada a leitura da Ordem do Dia. **7. DELIBERAÇÕES:** Examinadas e debatidas as matérias constantes da Ordem do Dia, restou deliberado: **(i)** O Debenturista, representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, sem qualquer voto contrário ou abstenção, aprova a Postergação, de modo que fica postergado, por 6 (seis) meses, o prazo para cumprimento, pela Five Trilhos, da obrigação prevista na alínea "(a)" da Cláusula 2.3.1 do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, de celebrar, periodicamente, a cada 6 (seis) meses, aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos para incluir no âmbito dos Direitos Creditórios FT os novos Bens Adicionais FT, exclusivamente com relação ao aditamento cuja celebração deveria ocorrer até 29 de outubro de 2026, o qual deverá ser celebrado até 29 de abril de 2027 (inclusive), permanecendo integralmente aplicáveis ao referido aditamento as obrigações de averbação e registro previstas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, bem como do prazo para envio das notificações previstas na Cláusula 3.4 do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos vinculadas a tal aditamento, o qual passará a ser contado da data de celebração do referido aditamento. Fica facultado à Companhia e à Five Trilhos consolidar, em um único instrumento, o aditamento ora postergado e o aditamento semestral subsequente, cuja celebração deverá ocorrer na mesma data. A celebração do referido aditamento e o envio das referidas notificações dentro do prazo ora postergado não configurarão descumprimento de obrigação pela Companhia e/ou pela Five Trilhos, tampouco ensejarão a declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 6.27.2, item (c) da Escritura de Emissão. Ficam mantidas, em seus exatos termos, todas as demais obrigações previstas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, inclusive a obrigação de celebração periódica dos aditamentos semestrais subsequentes, nos termos da alínea "(a)" da Cláusula 2.3.1 do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos. **(ii)** O Debenturista, representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, sem qualquer voto contrário ou abstenção, autoriza o Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos interesses do Debenturista, em conjunto com a Companhia e a Five Trilhos, a praticar todos os atos necessários para dar efeito às deliberações aprovadas na presente Assembleia, incluindo, mas não se limitando, a celebração do 8º aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos objeto da Postergação, até 29 de abril de 2027, bem como a realização das averbações, registros e notificações a ele relacionados, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos. **7.1** As deliberações acima estão restritas apenas à Ordem do Dia e não serão interpretadas como renúncia de qualquer outro direito e/ou privilégio do Debenturista e/ou deveres da Companhia, decorrentes de lei e da Escritura de Emissão, bem como não poderão impedir, restringir e/ou limitar o exercício, pelo Debenturista, de qualquer direito, obrigação, recurso, ação, poder, privilégio ou garantia prevista na Escritura de Emissão com relação a eventuais descumprimentos da Companhia, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão. **7.2** As Fiadoras aqui comparecem e anuem com o ora deliberado, ratificando a validade, eficácia e vigência da Fiança prestada nos termos da Escritura de Emissão. A Companhia e a Five Trilhos ratificam a validade, eficácia e vigência da cessão fiduciária constituída nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos. **7.3** Todos os termos não definidos nesta ata desta Assembleia devem ser interpretados conforme suas definições atribuídas na Escritura de Emissão. **7.4** Ficam ratificados todos os demais termos e condições da Escritura de Emissão não alterados nos termos desta Assembleia, bem como todos os demais documentos da Emissão até o integral cumprimento da totalidade das obrigações ali previstas. **7.5** A Companhia informa que a presente Assembleia atendeu todos os requisitos e orientações de procedimentos para sua realização, conforme determina a Resolução CVM 81. **8. ASSINATURA DIGITAL:** Os signatários reconhecem como válidas e eficazes as ferramentas de assinatura digital e presumem-se verdadeiras em relação aos signatários quando é utilizado o processo de certificação disponibilizado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito. **9. ENCERRAMENTO:** Esclarecido que todos os termos definidos invocados na presente ata correspondem aos termos definidos na Escritura de Emissão e nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, tendo sido lavrada a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. Autorizada a lavratura da presente ata de Assembleia na forma de sumário e sua publicação com omissão das assinaturas do Debenturista, nos termos do artigo 130, parágrafos 1º e 2º da Lei das Sociedades por Ações. São Paulo/SP, 29 de outubro de 2026. Marcus Vinicius Figur da Rosa - Presidente, Antonio Marcio Barros Silva - Secretário. **CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 5 E 17 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A. "COMPANHIA" -** Nome: Marcus Vinicius Figur da Rosa - Cargo: Diretor Presidente, Nome: Antonio Marcio Barros Silva - Cargo: Diretor. **FIVE TRILHOS - ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A. "FIVE TRILHOS" -** Nome: Marcus Vinicius Figur da Rosa - Cargo: Diretor, Nome: Antonio Marcio Barros Silva - Cargo: Diretor Presidente. **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS "AGENTE FIDUCIÁRIO" -** Nome: Amanda Cardoso da Silva - Cargo: Procuradora. **MOTIVA INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE S.A. "FIADORA" -** Nome: Roberto Penna Chaves Neto -Cargo: Diretor Vice-Presidente Jurídico, Governança, Compliance e Relações Governamentais, Nome: Rodrigo Araujo Alves - Cargo: Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores. **RUASINVEST S.A. "FIADORA" -** Nome: Ana Lúcia Dinis Ruas Vaz - Cargo: Diretora, Nome: Paulo José Dinis Ruas - Cargo: Diretor. **DEBENTURISTA: ITAÚ UNIBANCO S.A. - CNPJ nº 60.701.190/0001-04 -** Nome: Camila A B Clementino - Cargo: Procuradora, Nome: Carla Cristina Viana Mascarim - Cargo: Procuradora. JUCESP nº 408.893/26-6 em 03.11.2026, Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

GM Estética Avançada Ltda. - Em Liquidação

CNPJ/MF 46.193.352/0001-01 - NIRE 35239016849

Edital de Convocação para Reunião de Sócios

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e demais disposições aplicáveis, ficam convocadas as senhoras sócias da **GM Estética Avançada Ltda. - Em Liquidação** ("Sociedade"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.193.352/0001-01, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Campinas, nº 579, 11º andar, conjunto 111, Jardim Paulista, CEP 01404-100, para comparecerem à Reunião de Sócios a ser realizada na sede da Sociedade em primeira convocação, no dia 12 de novembro de 2026, às 10h00; e em segunda convocação, no dia 12 de novembro de 2026, às 10h30. **Ordem do Dia:** examinar, discutir e deliberar sobre: (a) o Relatório Final do Liquidante e a prestação final de contas da liquidação; (b) o Balanço Final da Liquidação; (c) o tratamento e a destinação final dos ativos, passivos, direitos e créditos da Sociedade, inclusive dos créditos apurados contra as sócias, bem como eventual imputação, compensação, cessão ou atribuição desses créditos no âmbito da partilha do acervo social, conforme juridicamente cabível; (d) a partilha do eventual acervo líquido remanescente; (e) o encerramento da liquidação e a extinção da Sociedade; (f) a indicação do responsável pela guarda dos livros e documentos da Sociedade extinta; e (g) a autorização para o arquivamento dos atos societários e a prática das demais providências necessárias à baixa e ao encerramento definitivo da Sociedade perante os órgãos competentes. O Relatório Final do Liquidante, o Balanço Final da Liquidação e os respectivos demonstrativos e documentos de suporte estarão disponíveis na sede da Sociedade até a data da reunião. São Paulo, 27 de outubro de 2026. **Eduardo Pigossi -** Liquidante.

KUMB INVEST S.A.

CNPJ/MF nº 48.892.980/0001-00 - NIRE nº 35.300.677.50-1

ATA DE REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE AGOSTO DE 2026.

1. Dia, Hora e Local da Reunião: Em 14/08/2026, às 10h, na sede social da **Kumb Invest S.A.** (a "Companhia"), localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2369 e 2355, sala 1.408, Edifício Barão de Iguatemy, Jardim Paulistano, Cidade e Estado de SP, CEP: 01452-922. **2. Convocação e Presença**: Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."), em virtude da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante no Anexo – Lista de Presença de Acionistas. **3. Composição da Mesa**: (i) Presidente: **Murilo Menezes Pisciotta** e o (ii) Secretário: **Lucas Maradei Alves dos Santos. 4. Ordem do Dia**: Deliberar sobre as seguintes matérias **(i)** ratificar a renúncia da Diretora da Companhia, Sra. Menisa Tamara Buck Mattos; **(ii)** a eleição do novo membro da Diretoria da Companhia; **(iii)** a alteração da sede da Companhia; e **(iv)** a consequente Consolidação do Estatuto Social da Companhia. **5. DELIBERAÇÕES**: Por unanimidade de votos e sem qualquer restrição, os acionistas decidem **APROVAR** as seguintes deliberações: **(i)** Ratificar a renúncia apresentada à Companhia em 29/06/2026 da Diretora de Compliance, Diretora de Gestão de Risco e Diretora de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e à Proliferação de Armas da Companhia, Sra. **Menisa Tamara Buck Mattos**, RG 30.376.277-9, SSP/SP, CPF 283.191.008-0. **(ii)** Em razão da renúncia acima, aprovar a **eleição** dos Sr. **Lucas Maradei Alves dos Santos**, RG 47.898.414-5, SSP/SP, CPF 410.148.818-54, para o cargo de Diretor de Compliance, Diretor de Gestão de Risco e Diretor de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e à Proliferação de Arma da Companhia, com mandato unificado até 11/09/2028, nos termos do Estatuto Social e do instrumento de posse anexo. **(iii)** Ratificar os mandatos dos Srs. **Murilo Menezes Pisciotta**, RG 24.297.232-9, SSP/SP, CPF 253.345.128-29, como Diretor de Administração de Carteiras de Fundos Geridos pela Companhia e da Sra. **Paula Rios Borges**, RG 32.178.184-3, SSP/SP, CPF 300.036.778-00, como Diretora Administrativa da Companhia, com mandato até 11/09/2028. **(iv)** O Diretor eleitos e os Diretores ratificados, por meio desta, declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia: (a) por lei especial; (b) em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela; (c) em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou (d) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **(v)** Autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração de todas as deliberações desta Assembleia. **(vi)** A alteração da sede da Companhia de Av. Brigadeiro Faria Lima, 2369 e 2355, sala 1.408, Edifício Barão de Iguatemy, Jardim Paulistano, Cidade e Estado de SP, CEP: 01452-922, para Av. Presidente Castelo Branco, 6653, Torre 1, 25º andar, Parque Residencial da Lapa, Cidade e Estado de SP, CEP 05034-000. **(vii)** Tendo em vista o acima deliberado, o artigo 2º do Estatuto Social, passará a vigorar com a seguinte nova redação: *"Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro nesta capital do Estado de SP, na Av. Presidente Castelo Branco, 6653, Torre 1, 25º andar, Parque Residencial da Lapa, CEP 05034-000."* **(viii)** A consolidação do novo Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar nos termos e condições previstos no Anexo III à presente Ata. Os presentes deliberam, por unanimidade, que a cópia da presente Ata será levada ao registro público competente. **6. Anexos:** É parte integrante e inseparável da presente ata para todos os fins de direito todos os seus anexos, ressalvado que, em razão de esta ata ser lavrada em forma de sumário, esses não serão objeto de publicação. **7. Encerramento:** Foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Ninguém se manifestando, foi suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata em forma de sumário, conforme admitido pelo artigo 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei das S.A. Reaberta a sessão, foi a ata lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes. Presidente da Reunião – Sr. **Murilo Menezes Pisciotta**; Secretário da Reunião – Sr. **Lucas Maradei Alves dos Santos. São Paulo/SP, 14/08/2026.** Mesa: **Murilo Menezes Pisciotta -** Presidente da Mesa. **Lucas Maradei Alves dos Santos -** Secretário da Mesa. **JUCESP** - 349.647/26-4 em 16/09/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Ticket | Edenred

Ticket Serviços S.A.

CNPJ/MF nº 47.866.934/0001-74 - NIRE 35300142560

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 14 de Setembro de 2026

1. Data, Hora e Local. Em 14 de setembro de 2026, às 11:00 horas, na sede da **Ticket Serviços S.A.** ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutora Ruth Cardoso, 7.815, 6º andar, bloco Torre II, Pinheiros, CEP 05425-905. **2. Convocação.** Dispensada a publicação de editais de convocação, conforme disposto no Artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), por estarem presentes à assembleia a totalidade dos acionistas da Companhia, por videoconferência, nos termos do Art. 124, §2º-A da Lei das S.A., conforme inclusão realizada pela Lei 14.030/2020. **3. Mesa.** Presidente. Sr. Alexandre Rappaport; Secretário. Sr. João Amaral. **4. Ordem do Dia.** Deliberar sobre: (i) a exoneração de membro do Conselho de Administração; e (ii) a eleição de membro do Conselho de Administração. **5. Deliberações.** Após discussão das matérias da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos e sem quaisquer reservas ou restrições, deliberaram o quanto segue: **5.1.** Consignar a exoneração do Sr. **Arnaud Erulin**, francês, administrador de empresas, portador do ID nº 160822401811, residente e domiciliado em Paris/Françan na 8 Chaussée de la Muette, 75016, do cargo de membro do Conselho de Administração. **5.1.1.** Consignar que a Companhia, o Conselheiro retirante e os acionistas, outorgam-se, mutuamente, a mais ampla, rasa, geral, irrestrita e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo, título ou pretexto, com relação ao exercício do mandato e aos atos praticados pelo Diretor retirante. **5.2.** Ato contínuo, resolvem eleger o Sr. **Fabrizio Ruggiero**, italiano, casado, administrador de empresas, portador do ID nº YD1793902, residente e domiciliado na França, com endereço comercial na 14-16 Boulevard Garibaldi, 92130 Issy les Moulineaux, para o cargo de membro do Conselho de Administração, para cumprir o mandato até 04 de agosto de 2028, permitida sua reeleição. **5.2.1.** Registrar que o Conselheiro ora eleito será investido em seu cargo mediante a assinatura, dentro do prazo legal, do respectivo termo de posse lavrado em livro próprio, no qual deverá declarar que (i) não está impedido de exercer a administração de sociedades, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do art. 147 da Lei das S.A.; (ii) atende ao requisito de reputação ilibada, conforme estabelecido pelo §3º do art. 147 da Lei das S.A.; (iii) não ocupa cargo em sociedades que sejam concorrentes da Companhia, ou representa interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do art. 147 da Lei das S.A.; e (iv) obriga-se a observar, cumprir e fazer cumprir os acordos de acionistas que sejam arquivados na sede da Companhia. **5.3.** Em razão das deliberações tomadas nos itens acima, ratificar a composição do Conselho de Administração, a qual é composta pelos seguintes membros: a. Sr. **Gilles Andre Coccoli**, francês, casado, administrador, portador do RNE nº W589181-U (CGPI/DIREX/DPF) e inscrito no CPF/MF sob o nº 215.843.778-28, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 7815, 6º andar, Bloco Torre II, Pinheiros, CEP 05425-905, para ocupar o cargo de *Presidente do Conselho de Administração* da Companhia; b. Sr. **Alexandre Rappaport**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 23.102.640-7 (SSP/SP) e inscrito no CPF/MF sob o nº 261.852.188-95, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 7.815, 3º e 6º andares, Bloco Torre II, Pinheiros, CEP 05425-905, como *membro do Conselho de Administração*; c. Sr. **Fabrizio Ruggiero**, italiano, casado, administrador de empresas, portador do ID nº YD1793902, residente e domiciliado na França, com endereço comercial na 14-16 Boulevard Garibaldi, 92130 Issy les Moulineaux, como *membro do Conselho de Administração*; d. Sr. **Fábio Augusto Rodrigues Cintra Zagatti**, brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 15.128.496 (SSP/SP) e inscrito no CPF/MF sob o nº 286.755.218-47, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal - Piso Itaú Unibanco, Parque Jabaquara, CEP 04344-902, como *membro do Conselho de Administração;* e e. Sra. **Virginie Duperat-Vergne**, francesa, casada, administradora, portadora do passaporte nº 19FF93349, residente e domiciliada na cidade de Paris, na França, com endereço comercial na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 7.815, 6º andar, bloco Torre II, Pinheiros, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05425-905, como *membro do Conselho de Administração*. **5.4.** Consignar, ainda, que os membros do Conselho de Administração Sr. Fabrizio Ruggiero e Sra. Virginie Duperat-Vergne outorgam, neste ato, uma procuração para cumprimento do artigo 146, §2º da Lei nº 6.404/76 ao Sr. Gilles Andre Coccoli, acima qualificado, a qual se encontra arquivada na sede da Companhia. **5.5.** Os membros do Conselho de Administração da Companhia ora eleitos tomam posse nos seus respectivos cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse, lavrados e arquivados no Livro de Registro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia, na forma da legislação aplicável, e declaram sob as penas da lei, que não se encontram impedidos, por lei especial, de exercerem a administração da Companhia, e nem foram condenados ou estão sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, dessa forma não estando incursos em quaisquer crimes previstos em lei que os impeçam de exercer a atividade mercantil, estando cientes do disposto no artigo 147 da Lei das S.A. **6. Aprovação e Encerramento.** Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente Ata, a qual, lida e aprovada, será assinada pelos presentes no Livro de Presença de Acionistas da Companhia, considerando a participação por videoconferência. **Mesa.** Alexandre Rappaport - Presidente; João Amaral - Secretário. **Acionistas.** Edenred Brasil Participações S.A. (*p. Gilles Andre Coccoli e João Amaral*) e Itaú Unibanco S.A. (*p. Fabio Augusto Rodrigues Cintra Zagatti*). *Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio.* São Paulo/SP, 14 de setembro de 2026. **Mesa: Alexandre Rappaport -** *Presidente;* **João Amaral -** *Secretário.* **JUCESP** nº 400.263/26-9 em 21/10/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

CARTOS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

CNPJ/MF nº 21.332.862/0001-91 – NIRE 35300540131

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas da **Cartos Sociedade de Crédito Direto S.A.** para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada n**o dia 11 de novembro de 2026, às 10:00 horas, no seguinte endereço: na Alameda Santos, 1787, 5° andar – conjunto 51 e 52, Cerqueira César, São Paulo/SP, CEP 01419-906,** a fim de deliberarem sobre a "ordem do dia" abaixo elencadas: Ressalvadas as exceções previstas em lei ou neste Estatuto Social, as Assembleias Gerais serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, a maioria das ações de emissão da Companhia com direito a voto. Caso tal quórum não seja observado em primeira convocação, será realizada uma nova convocação, na qual o mesmo quórum de instalação será exigido. Caso o quórum de instalação não seja observado em segunda convocação, será realizada uma terceira convocação. Neste caso, a Assembleia Geral será instalada com a presença de acionistas titulares de, no mínimo, 20% (vinte por cento) das ações de emissão da Companhia. Se o quórum de instalação não for observado em terceira convocação, será realizada uma quarta convocação, neste caso, a Assembleia Geral será instalada com a presença de qualquer número de acionistas, nos termos do Artigo 7º e respectivos parágrafos do Estatuto Social da Companhia e dos dispostos no artigo 125 da Lei de Sociedade por Ações ("Lei das S.A") e art. 7º, § 3º, do Estatuto. **Ordem do dia:** 1. Tomar conhecimento da renúncia apresentada pelo Sr. Evandro Luiz Pacheco Pereira, ao cargo de Diretor sem Designação Específica, cuja eficácia, conforme comunicação escrita a ser formalizada, ficará diferida até a autorização do Banco Central do Brasil para a posse e o exercício do sucessor e a efetiva investidura deste; 2. Deliberar sobre a eleição do Sr. Leandro Nascimento Lopes, para o cargo de Diretor sem Designação Específica, ficando sua posse e o exercício do cargo condicionados à autorização prévia do Banco Central do Brasil.

São Paulo/SP, 30 de outubro de 2026.

Diretor Presidente: Fábio Antônio da Costa; Diretor: Heitor Augusto Moraes do Monte

TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.

CNPJ nº 38.042.694/0001-00 - NIRE 35300554035

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 19ª (DÉCIMA NONA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM 3 (TRÊS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA SOB O RITO AUTOMÁTICO PARA AS DEBÊNTURES DA 1ª (PRIMEIRA) SÉRIE E COLOCAÇÃO PRIVADA PARA AS DEBÊNTURES DA 2ª (SEGUNDA) SÉRIE E DA 3ª (TERCEIRA) SÉRIE, DA TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A., A SER REALIZADA, EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO EM 19 DE NOVEMBRO DE 2026.

1. DATA, HORA E LOCAL: a ser realizada de forma exclusivamente digital, em segunda convocação, em 19 de novembro de 2026, às 14h00, nos termos do artigo 71, §3º, e do artigo 124, §2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), por meio de plataforma eletrônica de videoconferência, com link de acesso a ser disponibilizado aos Debenturistas que cumprirem as instruções de participação previstas neste Edital, sendo dispensada a realização cumulativa, de forma presencial, na sede da TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A., sociedade por ações com registro de companhia securitizadora na categoria "S2" na CVM, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, nº 41, 13º andar, Sala 02, Itaim Bibi, CEP 04533-010, inscrita perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ("CNPJ") sob o nº 38.042.694/0001-00, na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE 35300554035, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Emissora"). **2. CONVOCAÇÃO:** ficam convocados os titulares das debêntures da 19ª (décima nona) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 3 (Três) Séries, para Distribuição Pública sob o Rito Automático para as Debêntures da 1ª (Primeira) Série e Colocação Privada para as Debêntures da 2ª (Segunda) Série e da 3ª (Terceira) Série, da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Debêntures", "Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debenturistas", respectivamente), em circulação na data da realização da Assembleia, em cumprimento ao disposto no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, na Resolução CVM 81 e na Cláusula 4.2 da Escritura de Emissão, para se reunirem em Assembleia Geral de Debenturistas ("Assembleia"), nas datas, horários e local indicados acima, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: A Assembleia instalar-se-á, em segunda convocação, com a presença de Debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas presentes, nos termos do artigo 71, §3º, da Lei das Sociedades por Ações. **3. ORDEM DO DIA:** Examinar, discutir e deliberar sobre: (i) a inclusão dos mecanismo de incorporação da remuneração ao saldo do Valor Nominal Unitário, de modo que, caso os recursos disponíveis em determinada Data de Pagamento não sejam suficientes para o pagamento integral da Remuneração das Debêntures da Primeira Série e/ou da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, a parcela não paga seja incorporada ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva Série, excluindo, portanto, a previsão de que a parcela de Remuneração não paga seja realizada na Data de Pagamento subsequente. Alterando-se, portanto, a Cláusula 3.45.4.1 da Escritura de Emissão e incluindo-se as Cláusulas 3.45.4.2 e 3.45.4.3 na Escritura de Emissão, de forma a disciplinar os efeitos e a operacionalização da incorporação e no Anexo I da Escritura de Emissão, a definição do termo "Remuneração Não Paga", a qual passará a vigorar com a redação abaixo, respectivamente: "3.45.4.1. Caso, em determinada Data de Pagamento, os recursos disponíveis na Conta Centralizadora, observada a Ordem de Alocação de Recursos, não sejam suficientes para a realização do pagamento integral da Remuneração das Debêntures da Primeira Série e/ou da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, a parcela da Remuneração das Debêntures da Primeira Série e/ou da Remuneração das Debêntures da Segunda Série não paga na respectiva Data de Pagamento, correspondente à diferença entre o valor da Remuneração devida e o valor da Remuneração efetivamente pago ("Remuneração Não Paga"), será automaticamente incorporada, na própria Data de Pagamento, ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva Série, passando a integrar o saldo do Valor Nominal Unitário, sobre o qual incidirá a Remuneração das Debêntures da respectiva Série a partir da incorporação (inclusive), entre cada período de capitalização, nos termos desta Escritura de Emissão." "3.45.4.2. A incorporação prevista na Cláusula 3.45.4.1 acima (i) não caracterizará inadimplemento, impontualidade ou descumprimento de obrigação pecuniária pela Emissora, não ensejando a incidência de Encargos Moratórios nem a configuração de qualquer Evento de Vencimento Antecipado; (ii) não implicará alteração da quantidade de Debêntures emitidas nem do Valor Nominal Unitário na Data de Emissão, aplicando-se exclusivamente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva Série; e (iii) não afetará a Ordem de Alocação de Recursos, a Razão de Amortização nem a subordinação entre as Séries." "3.45.4.3. A Emissora deverá (i) refletir a incorporação da Remuneração Não Paga no cálculo e na divulgação do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva Série; e (ii) comunicar a B3, o Escriturador e o Agente de Liquidação, com até 3 (três) Dias Úteis de antecedência da respectiva Data de Pagamento, o valor da Remuneração a ser efetivamente pago e o valor da Remuneração Não Paga a ser incorporado ao saldo do Valor Nominal Unitário, para atualização dos sistemas aplicáveis, observado o disposto na Cláusula 3.46 abaixo." "Remuneração Não Paga": tem o significado previsto na Cláusula 3.45.4.1 desta Escritura de Emissão." (ii) a ratificação da incorporação ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da parcela da Remuneração das Debêntures não paga nas Datas de Pagamento de 31 de agosto de 2026 e de 8 de setembro de 2026, em razão da insuficiência dos recursos disponíveis em tais datas, com eficácia desde as respectivas Datas de Pagamento, com a expressa dispensa dos Encargos Moratórios. Instruções Gerais: As matérias acima indicadas deverão ser consideradas, pelos Debenturistas, de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada exclusivamente por videoconferência online, sem possibilidade de participação de forma presencial, sendo certo que o link de acesso à reunião será disponibilizado por correio eletrônico, previamente à realização da Assembleia, aos Debenturistas que enviarem solicitação por correio eletrônico para ri@grupotravessia.com, gestao@grupotravessia.com, juridico@grupotravessia.com e vgi@vortx.com.br, com até 2 (dois) dias de antecedência da data marcada para a realização da Assembleia, juntamente com cópias dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos). Os Debenturistas deverão acessar o link da reunião com ao menos 15 (quinze) minutos de antecedência do horário de início da Assembleia e identificar-se em seu acesso com o nome completo, conforme documentação previamente apresentada à Emissora e ao Agente Fiduciário, de forma que a Emissora e/ou o Agente Fiduciário possam identificar e permitir o acesso e a participação na reunião. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Debenturistas presentes poderá ser realizado pelo presidente da mesa e pelo secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente; sem prejuízo, os Debenturistas presentes à Assembleia deverão formalizar a assinatura da lista de presença por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário. Para os fins da Assembleia, consideram-se "Documentos de Representação": (i) se participante pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade do Debenturista; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e (ii) se demais participantes: cópia digitalizada do contrato social/estatuto social (ou documento equivalente), acompanhada de documento societário que comprove a representação legal do Debenturista (i.e., ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Nos termos do artigo 26, §3º, e do artigo 29, inciso II, da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 60"), além da participação e do voto à distância durante a Assembleia por meio do sistema eletrônico indicado pela Emissora, será também admitido o preenchimento e envio de instrução de voto à distância, preferencialmente, nesse caso, até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia ("Instrução de Voto à Distância"). A Emissora disponibilizará, em seu website e na página eletrônica da CVM, o modelo de Instrução de Voto à Distância para consulta dos Debenturistas. Para que a Instrução de Voto à Distância seja considerada válida, é imprescindível: (i) o preenchimento de todos os campos, incluindo a indicação do nome ou denominação social completa do Debenturista, se pessoa física, ou do gestor do fundo, se representante de fundo de investimento, e o número do CPF ou CNPJ, bem como indicação de telefone e endereço de e-mail para eventuais contatos; e (ii) a assinatura, ao final da Instrução de Voto à Distância, do Debenturista ou de seu representante legal, conforme o caso, nos termos da legislação vigente. A Instrução de Voto à Distância deverá ser rubricada e assinada, sendo aceita a assinatura por meio de plataforma digital, e encaminhada, juntamente com os Documentos de Representação, aos cuidados da Emissora e do Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@grupotravessia.com, gestao@grupotravessia.com, juridico@grupotravessia.com e vgi@vortx.com.br, com até 2 (dois) dias de antecedência da data marcada para a realização da Assembleia. (iii) A Instrução de Voto à Distância deverá conter declaração sobre a existência de conflito de interesse dos Debenturista votante, caso não seja informado, a Instrução de Voto não será considerada para cômputo de voto. A Emissora informa ainda que o quórum de instalação a ser aplicado nesta Assembleia será com a presença de Debenturistas representando qualquer número das Debêntures em Circulação e o quórum de deliberação das matérias previstas na Ordem do Dia será de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da Primeira Série, especial daquela que afete qualquer vantagem, crie ou aumente qualquer obrigação relativa às Debêntures da Primeira Série, nos termos da cláusula 4.9, subitem 11, alínea "c" das Escritura de Emissão. Caso o Debenturista participe da Assembleia por meio da plataforma digital depois de ter enviado a Instrução de Voto à Distância, este poderá manifestar seu voto diretamente na Assembleia e terá sua Instrução de Voto à Distância desconsiderada. O modelo de Instrução de Voto à Distância para preenchimento e envio pelos Debenturistas, bem como a cópia da Escritura de Emissão e de seus aditamentos, estão disponíveis para consulta na sede da Emissora e nas páginas eletrônicas da Emissora (https://www.grupotravessia.com/) e do Agente Fiduciário. Todos os termos empregados ou iniciados em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido na Escritura de Emissão, salvo se conceituados de forma diversa no presente Edital.

São Paulo, SP, 31 de outubro de 2026.

TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.

Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa - Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Pé-de-Meia Universitário deve começar em 2027 para aluno do CadÚnico

O ministro da Educação (MEC), Leonardo Barchini, disse, na quarta-feira (4), que o Pé-de-Meia Universitário tem a implementação prevista para 2027. A nova etapa do programa será focada na permanência de estudantes do ensino superior cadastrados no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal (CadÚnico) e na conclusão de curso de graduação nas universidades públicas.

A confirmação ocorreu no programa Bom Dia, Ministro, produzido pelo Canal Gov, emissora da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), da quarta-feira (4).

A ampliação do programa de incentivo aos estudantes universitários de baixa renda foi prometida pelo presidente Lula durante a campanha eleitoral de reeleição.

De acordo com o ministro da Educação, a expansão chega para atender a mudança no perfil acadêmico dos estudantes das universidades federais nos últimos 20 anos. Se antes, dois terços vinham da rede privada, atualmente, dois terços são estudantes de escolas públicas.

Para o ministro, a garantia de acesso ao ensino superior público, agora, exige o acompanhamento de políticas de permanência nos cursos.

"Como esse perfil de estudante mudou, precisamos dar outro tipo de assistência para que esse estudante permaneça. Porque acessar é uma das etapas que esse estudante vence, mas permanecer é uma outra batalha igualmente difícil."

Após quatro anos de análises, o MEC está na fase final do desenho do Pé-de-Meia Universitário. O ministro confirmou que o programa terá a seguinte estrutura financeira prevista, a partir de 2027:

bolsa: R$ 700 por mês, concedida durante 10 meses ao longo do ano letivo;

poupança mensal: R$ 250 por mês, durante 10 meses, retidos em poupança;



Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/ABr

resgate final: o universitário poderá sacar R$ 10 mil (mais correção inflacionária) ao concluir, em quatro anos, a graduação, para iniciar a vida profissional.

"A contrapartida também vai ser permanecer na universidade, concluir o curso de uma forma integral, no tempo certo, para que a gente possa de fato transformar ainda mais esse país", explica Leonardo Barchini.

Universalização do Pé-de-Meia

Durante o programa, o ministro anunciou também que, a partir de 2027, o programa Pé-de-Meia na versão escolar será ampliado para todos os estudantes do ensino médio público brasileiro.

"Já iniciamos todos os estudos necessários para saber como implementar isso. Esperamos concluí-lo em 30 dias e [o Pé-de-Meia] será implementado a partir do de março do ano que vem, quando começam as aulas da rede pública", estima o ministro.

Atualmente, têm direito ao benefício os alunos matriculados no ensino médio público que integram famílias inscritas no CadÚnico.

Barchini explica que a universalização do Pé-de-Meia irá corrigir injustiças.

"Em uma sala de aula, às vezes, 20 estudantes recebem [o Pé-de-Meia], quatro a cinco não recebem. Isso gerava uma competição adversa nesses estudantes e uma situação de iniquidade. Por determinação do presidente, nós estamos estudando as formas de implementação, mas esse benefício será universalizado", garantiu.

O ministro da Educação ainda detalhou os avanços obtidos pelo Pé-de-Meia, chamado de poupança do ensino médio, entre eles que diminuiu o abandono escolar no ensino médio público brasileiro em 61%, entre 2022 e 2025. A reprovação caiu 62%, no mesmo período e a distorção idade-série, que é o atraso escolar, caiu 28%.

Pé-de-Meia escolar

O/programa de incentivo financeiro-educacional na versão escolar foi criado em 2024 para combater a evasão escolar e garantir que mais jovens permaneçam na escola básica e concluam o ensino médio.

O Pé-de-Meia do ensino médio pode pagar até R$ 9,2 mil, no total, para cada beneficiário que cumprir todos os critérios de frequência e conclusão dos anos eletivos desta etapa escolar.

Ao todo, o programa recebeu investimentos federais de R$ 24 bilhões para beneficiar, entre 2024 e 2026, cerca de 7,4 milhões de estudantes de baixa renda do ensino médio público. (Agência Brasil)



Unicef: nenhum país do G20 tem maioridade penal abaixo dos 18 anos

Nenhum dos 19 países que integram o G20, grupo das maiores economias do mundo, tem maioridade penal inferior aos 18 anos. O levantamento foi divulgado na quarta-feira (4) pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). O mesmo vale para países da América Latina, ressaltou a organização ao publicizar os dados.

A maioridade penal é a idade em que a pessoa começa a ser julgada como adulto, podendo ser condenada a cumprir penas no sistema prisional comum.

O G20 é formado pelos 19 países com o maior produto interno bruto (PIB) do mundo, além de dois blocos regionais: a União Europeia e a União Africana.

Responsabilização proporcional

Segundo o representante do Unicef no Brasil, Joaquin Gonzalez-Aleman, o G20 concentra os países mais ricos do mundo e 60% da população mundial. E esses países "concordam que é possível responsabilizar um adolescente sem tratá-lo como adulto".

"Misturar adolescentes e adultos no mesmo sistema prisional pode fazer o contrário do esperado: em vez de afastá-los do crime, pode aproximá-los de redes criminosas mais estruturadas, ao mesmo tempo em que rompe seus vínculos com a escola, a família e a comunidade", ressalta Gonzalez-Aleman.

O levantamento também analisou as idades mínimas de responsabilização criminal, quando um adolescente já pode responder na Justiça, mas em um sistema específico para sua faixa etária.

Veja abaixo: Idade mínima para responsabilização no G20

Arábia Saudita e Índia: 7 anos; Reino Unido, Estados Unidos e Austrália: 10 a 12 anos; Brasil, África do Sul, Canadá, Indonésia, México e Turquia: 12 anos; França: 13 anos; Alemanha, Argentina, Coreia do Sul, Itália, Japão e Rússia: 14 anos; China: 16 anos.

Idade mínima para responsabilização na América Latina

Brasil, Costa Rica, El Salvador, Equador, Honduras, México e Panamá: 12 anos;

Guatemala, Haiti, República Dominicana e Uruguai: 13 anos;

Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Paraguai, Peru e Venezuela: 14 anos;

Cuba: 16 anos.

Posição do Unicef

De acordo com Gonzalez-Aleman, o Unicef defende que responsabilizar adolescentes que cometem atos infracionais é necessário. Mas para isso, não é preciso tratá-los como adultos.

"Já estamos responsabilizando as crianças a partir dos 12 anos quando elas cometem infração. A questão é que não é preciso levá-las para uma prisão. Vamos levá-las para sistema socioeducativo, vamos tentar recuperar essa criança, porque também temos evidência que a reincidência é muito menor no sistema socioeducativo que nas prisões para adultos", afirma.

Exceções

Apesar de nenhum país do G20 prever que menores de 18 anos sejam julgados como adultos de forma geral, algumas nações do grupo estabelecem exceções, como Estados Unidos, Arábia Saudita, Índia, Canadá, Reino Unido, Japão e Coreia do Sul.

Já entre os 20 países analisados na América Latina, apenas Cuba tem exceções para a maioridade penal aos 18 anos.

O Unicef não descreve as exceções, mas nos Estados Unidos, por exemplo, alguns tipos de agravantes no crime podem fazer com que as varas da infância remetam os casos para juizados criminais, como o uso de violência, de arma ou a existência de antecedentes criminais.

PEC da Segurança Pública

O debate sobre a redução da maioridade penal voltou ao Congresso nesta semana, durante a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública. O texto foi aprovado no Senado Federal sem as emendas que buscavam equiparar os adolescentes aos adultos.

A PEC é uma das prioridades do atual governo para a área da segurança, mas os senadores discutiram a inclusão de emendas de plenário que tratavam da redução da maioridade penal de 18 para 16 anos, ou até mesmo para 14 anos.

O relator da PEC, senador Rogério Carvalho (PT-SE), não acolheu as emendas no relatório final, mas recomendou que elas constituíssem propostas autônomas que pudessem tramitar em conjunto e serem votadas posteriormente em separado. (Agência Brasil)